



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM  
LETRAS – LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

ANDRÉIA FEIO DA COSTA

***BRASILEIRISMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS***  
**(1908): A língua nacional**

ABAETETUBA

2021

ANDRÉIA FEIO DA COSTA

***BRASILEIRISMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS***  
**(1908): A língua nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de grau de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- C837b Costa, Andréia Feio da.  
Brasileirismos na colocação de pronomes clíticos (1908): a  
língua nacional / Andréia Feio da Costa. — 2021.  
51 f.
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Raimunda Dias Duarte  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2021.
1. Brasileirismos. 2. Colocação pronominal. 3. Paulino de  
Brito. I. Título.

ANDRÉIA FEIO DA COSTA

**BRASILEIRISMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS**

**(1908): A língua nacional**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará-Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

Data da avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito:\_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Jorge Viana de Moraes

(USP/UNESP de Assis-CNPq)

---

Profa. Dra. Maricilde Oliveira Coelho

(UFPA/ NPI)

---

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

Orientadora – UFPA

ABAETETUBA

2021

*A Deus que me deu forças para vencer cada dificuldade sempre.*

*Ao meu amado e inesquecível pai (in memoriam).*

*À minha mãe, Raimunda.*

*Às minhas 7 irmãs.*

*Ao meu esposo, Michael Silva, que me ajudou e me incentivou durante esse percurso e nos momentos mais difíceis.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu forças para vencer cada obstáculo.

À minha orientadora, Professora Dra. Ray Duarte, pelos direcionamentos, ensinamentos, carinho, compreensão e incentivo, essenciais para que eu não desistisse.

Ao meu querido pai Cantuario (*in memoriam*) que, com suas sábias palavras, sempre me incentivou a estudar e a nunca desistir dos meus objetivos.

À minha mãe, Raimunda, por todo carinho e incentivo que recebi desde os estudos iniciais da minha vida e pelos sábios conselhos que sempre me dá.

Ao meu esposo, Michael, que me encorajou a conquistar meus objetivos e esteve ao meu lado sempre me apoiando.

Às minhas irmãs, Claudia, Kátia, Vânia, Simone, Letícia, Fabiana, Juliana, e a minha sogra Raimunda e a minha cunhada Nayara, por toda ajuda e por momentos de alegria que me proporcionaram.

Aos meus amigos que ganhei durante o curso, em especial, a Rosane Melo, Alaine Chagas, Bárbara Furtado, Thaina Bahia e Mailson Albuquerque.

A todos os professores da Faculdade de Ciências da Linguagem que compartilharam conosco os seus conhecimentos.

A todos vocês o meu muito obrigado!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o fenômeno da colocação de pronomes clíticos na obra *Brasileirismos de colocação de pronomes – Resposta ao Sr. Candido de Figueiredo* (1908), de Paulino de Brito, no contexto da língua nacional. Como objetivos específicos, busca-se: fazer um estudo sobre a vida de Paulino de Brito e sua importância para educação no Brasil/Pará; compreender os contextos histórico e linguístico de *Brasileirismos*; entender o fenômeno da colocação de pronomes clíticos sob os aspectos descritivos e prescritivos e analisar, sob os aspectos gramatical e linguístico, o fenômeno da colocação de pronomes clíticos na forma de falar brasileira na obra *Brasileirismos*. Como embasamento desta pesquisa, utilizam-se as concepções de Duarte (2018, 2021), Orlandi (2001, 2002), Said Ali (2008/1908), Bechara (2009) e Bagno (2009, 2012). Para o desenvolvimento do trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. O fenômeno da colocação de pronomes clíticos no Brasil envolve uma discussão histórica. No Pará, Paulino de Brito levanta vários questionamentos sobre o tema no início do século XX. Essa discussão atravessou o século XXI como um tema muito polêmico a respeito das formas do falar brasileiro. As análises empreendidas nesta pesquisa atestam que a colocação de próclise em início de enunciado é recorrente no português do Brasil, tanto na sua forma oral, quanto na sua forma escrita. Portanto, é uma forma legítima do português brasileiro, o que daria ganho de causa para os argumentos de Paulino Brito, sendo justamente este modo de historicização a respeito dos clíticos no PB, inclusive, em sua abordagem nos estudos linguísticos contemporâneos.

**Palavras-chave:** *Brasileirismos*; Colocação pronominal; Paulino de Brito.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the phenomenon of the placement of clitic pronouns in the work “*Brasileirismos de colocação de pronomes - Resposta ao Sr. Candido de Figueiredo*” (1908), by Paulino de Brito, in the context of the national language. As specific objectives for this, we seek to make a study about the life of Paulino de Brito and its importance for education in Brazil/Pará; understand the historical and linguistic contexts of “*Brasileirismos*”; to understand the phenomenon of the placement of clitic pronouns under the descriptive and prescriptive aspects and to analyze, under the grammatical and linguistic aspects, the phenomenon of the placement of clitic pronouns in the form of Brazilian speaking in the work “*Brasileirismos*”. This research is based on the concepts of, Duarte (2018, 2021), Orlandi (2001, 2002), Said Ali (2008, 1908), Bechara (2009), Cegalla (2008) and Bagno (2012). For the development of this work, bibliographic and documentary researches were carried out. The phenomenon of pronoun placement in Portuguese is a historical discussion about the ways of speaking Brazilian. In Pará, Paulino de Brito raises several questions on the subject at the beginning of the 20th century. This discussion went through the 21st century as a very controversial subject. The analyses carried out in this research attest that the placement of proclisis at the beginning of a statement is recurrent in Brazilian Portuguese, which would win the argument of Paulino Brito, being precisely this way of historicizing the BP clitic, including its approach in contemporary linguistic studies.

**Keywords:** *Brazilianisms*; Pronominal placement; Paulino de Brito.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PAULINO DE BRITO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL/PARÁ.....</b>	<b>14</b>
<b>3 O CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DE <i>BRASILEIRISMOS</i> NA <i>COLOCAÇÃO DE PRONOMES</i> .....</b>	<b>21</b>
<b>4 <i>BRASILEIRIMOS</i> NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS: A LÍNGUA NACIONAL .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Aspectos prescritivos e descritivos da colocação dos pronomes clíticos.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 A colocação de pronomes clíticos na forma de falar brasileira: a língua nacional.....</b>	<b>38</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

Um dos temas mais polêmicos no ensino de língua portuguesa, é o fenômeno da colocação dos clíticos pronominais, sobretudo porque as regras oficiais estão baseadas no português de Portugal. No final do século XIX, autores, como Candido de Figueiredo, gramático português, reprovaram a colocação dos pronomes pessoais clíticos em início de enunciados. Entretanto, outros autores como Paulino de Brito, gramático brasileiro, apoiaram a colocação de clíticos nesse mesmo contexto linguístico. No foco desse conflito estão as ideologias sobre a língua nacional no Brasil, em que, na segunda metade do século XIX se luta pelo reconhecimento de uma identidade brasileira na forma de falar, traduzindo-se no processo de gramatização do português no Brasil, que trazia em seu bojo a luta pela constituição de uma língua com características próprias do falar brasileiro, em que se pudesse também contemplar nos compêndios gramaticais as marcas das variedades linguísticas brasileiras, a fim de fortalecer a legitimidade da língua nacional.

A análise dos aspectos gramatical e linguístico do fenômeno da colocação de pronomes clíticos na obra *Brasileirismos*, propiciou o diálogo entre Paulino de Brito e vários intelectuais tanto do final do século XIX e início do século XX quanto da contemporaneidade, que defendem ou que negam a forma de falar brasileira, entre os quais temos: Arthur Barreiros, José Veríssimo, João Ribeiro, Candido de Figueiredo, Said Ali, Napoleão Mendes de Almeida, Evanildo Bechara, Mário Perini, Carlos Alberto Faraco, Domingos Paschoal Cegalla e Marcos Bagno.

Paulino de Brito trata, em sua obra, dos clíticos pronominais (*me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, os, a, as*) por “não terem acentuação própria, subordinando-se, por isso, á acentuação da palavra a que se acostam” (BRITO, 1908, p. 23).

Este trabalho é resultado das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), por meio do qual busca-se reconstituir aspectos relacionados à produção, regulamentação, difusão e adoção de livros escolares em escolas paraenses no final do século XIX e início do século XX.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata de questões metodológicas por nós adotadas. O segundo diz respeito à biografia de Paulino de Brito e à importância desse educador para a educação no Brasil/Pará. O terceiro capítulo trata do contexto histórico e linguístico de *Brasileirismos na colocação de pronomes*, mostrando quatro

acontecimentos relacionados ao surgimento da língua nacional no Brasil e trazendo discussões sobre ela, a língua nacional, e sobre o processo de gramatização do português brasileiro. E o quarto capítulo traz a análise dos brasileirismos na colocação de pronomes clíticos naquilo que se configurou como o contexto da chamada língua nacional.

## 1 METODOLOGIA

Analizamos, neste estudo, o compêndio *Brasileirismos de colocação de pronomes – Resposta ao Sr. Candido de Figueiredo*, de Paulino de Brito sob os aspectos prescritivo e descritivo. A obra foi publicada pela Livraria Viúva Azevedo & C. no início do século XIX (1908).

O tema deste trabalho, **Brasileirismos na colocação de pronomes clíticos (1908): a língua nacional**, nos levou à seguinte problematização: Por que a posição proclítica dos clíticos pronominais em início de enunciado, que é a forma espontânea, usual, dos brasileiros, tanto na forma de escrever quanto na forma de falar, é tão questionada por gramáticos brasileiros e portugueses desde o passado? Para responder a esta pergunta, estabelecemos como objetivo geral: analisar o fenômeno da colocação de clíticos pronominais na obra *Brasileirismos de colocação de pronomes – Resposta ao Sr. Candido de Figueiredo* (1908), de Paulino Almeida de Brito, no contexto da língua nacional. Como objetivos específicos pretende-se compreender a importância de Paulino de Brito para educação no Brasil/Pará; compreender os contextos histórico e linguístico de *Brasileirismos*; entender o fenômeno da colocação de pronomes clíticos sob os aspectos descritivos e prescritivos e analisar, sob os aspectos gramatical e linguístico, o fenômeno da colocação de pronomes clíticos na forma de falar brasileira na obra *Brasileirismos*.

A hipótese é que muitos gramáticos brasileiros ainda estão presos às regras prescritas em Portugal, as quais se opõem às formas usuais do Brasil em que utilizamos a próclise em início de enunciado. Portanto, a próclise é uma particularidade própria do português brasileiro.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, foram consideradas obras de escritores que abordaram assuntos relacionados ao surgimento da língua portuguesa no Brasil e ao processo de gramatização no Brasil e no Pará, e linguistas e gramáticos que tratam do fenômeno da colocação de clíticos pronominais. Desta forma, a fundamentação teórica centrou-se nas contribuições dos seguintes autores: Duarte (2018, 2021), que aponta como se deu o processo de produção de gramáticas de língua portuguesa no Pará no século XIX, além de discutir sobre a gramatização brasileira no Pará; Orlandi (2001, 2002), que discute o contexto histórico e linguístico de *Brasileirismos na colocação de pronomes* e gramáticos e linguistas do início do século XX e da contemporaneidade que discutem o fenômeno da colocação dos clíticos pronominais, a saber: Said Ali (2008, 1908), Brito (1908), Bechara (2009) e Bagno (2012).

Na pesquisa documental, utilizamos a obra *Brasileirismos de colocação de pronomes – Resposta ao Sr. Candido de Figueiredo* para analisar os aspectos gramatical e linguístico do fenômeno da colocação de pronomes clíticos na obra *Brasileirismos*. Esta obra tem uma única edição e foi publicada no ano de 1908 pela Livraria Azevedo e Viúva Azevedo & C. A obra original foi fotografada para futuras consultas. Este compêndio pode ser encontrado na seção de obras raras do CENTUR.

Paulino de Brito foi um dos defensores de uma língua nacional com características próprias do falar brasileiro e que envolvessem o reconhecimento das variedades linguísticas brasileiras e, nesse sentido, corroborou positivamente para o processo de gramatização no Brasil.

Paulino de Brito, autodeclarado modesto autor da província do Pará, ousou ir contra Candido de Figueiredo, mestre português, com a publicação, em 1907, da obra *Collocação dos Pronomes*. Nessa obra, o intelectual paraense analisa o fenômeno da colocação de pronomes sob um ponto de vista completamente diferente do que foi postulado pelo gramático português Candido de Figueiredo, em sua obra *Lições Práticas da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1891. Segundo Duarte,

Figueiredo, C., (1891, p. 174) analisa o verso a seguir, extraído de um soneto a ele enviado por um certo admirador: *Um soneto pediste-me, criança*. Ao analisar o verso, o gramático defende-se: “*Um soneto pediste-me...é um **brasileirismo**, que deve rejeitar-se em bom portuguez*” Paulino de Brito (1907, p. 10-11) argumenta sobre essa ideia de Candido de Figueiredo, fazendo alguns questionamentos: “*Deve rejeitar-se... deve substituir-se...Mas, por que?*”. “*É um **Brasileirismo***” ...Por que é *brasileirismo*? E continua: “*Por que deve esse **brasileirismo**, se o é, rejeitar-se em bom portuguez?* Diante disso, passa a defender a variação linguística brasileira por meio das formas fonéticas, semânticas, sintáticas etc (DUARTE, 2018, p. 154)

Conforme a autora, existe uma luta ideológica em defesa de dois aspectos que se debatem: o primeiro, é a defesa de uma língua nacional que seja própria do falar brasileiro; o segundo, uma língua nos moldes da cultura europeia. Paulino de Brito defende o primeiro ponto de vista, pois defende uma forma legítima do falar brasileiro.

O tema do trabalho é desenvolvido em três capítulos principais:

- **Paulino de Brito e a Educação no Brasil/Pará**, em que tratamos da vida e da obra do intelectual da província do Pará.
- **O contexto histórico e linguístico de *Brasileirismos na colocação de pronomes***, em que discutimos sobre a língua nacional no Brasil. Para o embasamento da discussão utilizamos

os seguintes autores: Orlandi (2001, 2002); Guimarães (2005); Orlandi e Guimarães (2001), que falam como se deu o surgimento da língua nacional no Brasil; como ocorreu o processo de gramatização no Brasil; quais as características do português brasileiro; quais gramáticas surgiram no final do século XIX; quais discussões se estabeleceram sobre a denominação da língua portuguesa no Brasil, uma vez que existiam os seguintes nomes: *língua nacional, língua pátria, luso-brasileiro, dialeto brasileiro, linguagem brasileira*. Além disso, neste capítulo apontamos também alguns projetos apresentados na Câmara dos Deputados, na Câmara Municipal e na Assembleia Nacional Constituinte para as mudanças na designação da língua falada no Brasil.

- **Brasileirismos na colocação de pronomes clíticos: A língua nacional.** Este capítulo está dividido em duas seções: **Aspectos prescritivos e descritivos da colocação dos pronomes clíticos** e a **A colocação de pronomes clíticos na forma de falar brasileira: a língua nacional**. Na primeira seção, discutimos sobre as normas prescritivas e descritivas do fenômeno da colocação dos pronomes clíticos, levando em consideração o português de Portugal (PP) e o português do Brasil (PB). Os gramáticos e linguistas que sustentam a discussão são: Bechara (2009), Said Ali (2008/1908) e Bagno (2012). Na segunda seção, focamos na colocação dos pronomes clíticos voltada para o falar brasileiro, com base em Bagno (2009, 2012), Faraco (2008), Perini (2005) e Brito (1908). Na seção, mostramos também a polêmica travada entre o brasileiro Paulino de Brito e o português Candido de Figueiredo, gramático e filólogo, a respeito da colocação dos pronomes clíticos em especial, na posição proclítica em início de enunciado. A seguir, discutiremos a importância de Paulino de Brito para a educação brasileira.

## 2 PAULINO DE BRITO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL/PARÁ

O educador Paulino de Almeida Brito<sup>1</sup> nasceu em Manaus no dia 9 de abril de 1858 e faleceu no dia 16 de setembro de 1919, em Belém, com 61 anos. Era filho do capitão-engenheiro de artilharia, Paulino de Almeida Brito e de Dona Ricarda de Almeida Brito. Casou-se duas vezes: a primeira com Dona Hermínia de Amorim Brito. Dessa união nasceram quatro filhos. O segundo casamento foi com Dona Maria Dias Brito, com quem teve cinco filhos. Devido ao seu interesse em crescer profissionalmente, surge a oportunidade para trabalhar no jornal *O Liberal do Pará* onde aprendeu tipografia. Primeiro, desempenhou a função de tipógrafo e, depois, produziu as suas primeiras publicações, revelando seu talento como escritor (PARÁ, 1970b, p. 103-104).

Paulino de Brito presenciou a guerra do Paraguai que ocorreu de 1864 a 1870. Em 1868, o pai do gramático, que na época era o 2º capitão de artilharia do seu batalhão, foi convocado e em seguida transferido para o Mato Grosso para combater os inimigos paraguaios na guerra (Paulino de Almeida Brito, Pai de Brito, decide levar a família também para o Mato Grosso). Todavia, acaba sendo morto em Campanha. Após dois anos do falecimento de seu pai, e com o fim da Guerra do Paraguai, Brito e sua família, enxergam a oportunidade de abandonar o Mato Grosso para tentar a vida em outro lugar. Belém foi a cidade que sua família escolheu para morar, tendo chegado no dia 8 de julho de 1870. Brito tinha apenas 12 anos. (PARÁ, 1970b, p.103-104).

Além da Guerra do Paraguai, o educador da província do Pará também testemunhou acontecimentos que foram relevantes no Brasil e no mundo, como: a Questão Religiosa<sup>2</sup> no Brasil que ocorreu em 1870; a abolição da escravidão em 1888; a Proclamação da República em 1889; a Guerra de Canudos, de 1894 a 1898; a Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1909 e, por fim, a queda de Antônio Lemos<sup>3</sup>, em 1912. Além disso, vivenciou mudanças na ciência, na literatura e na arte, no Brasil, na Europa e no mundo. Entre essas mudanças, temos: o aparecimento do impressionismo em 1874; a publicação do romance *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, em 1878; a composição simbolista de Claude Debussy dos poemas de Verlaine; a

---

<sup>1</sup> Paulino de Brito não era paraense de nascimento, mas toda a sua vida intelectual e toda a sua produção se deu no Pará (DUARTE, 2018).

<sup>2</sup> A questão religiosa foi um confronto que ocorreu no Brasil no ano de 1870, entre a Igreja Católica e a Maçonaria (ver: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7585922.pdf>.)

<sup>3</sup> Antonio Lemos foi um político brasileiro com base eleitoral no estado do Pará e intendente de Belém entre 1897 e 1911. Antônio Lemos foi considerado o principal responsável pelo desenvolvimento urbano da cidade de Belém e projetou uma série de modificações que conduziram a vida do cidadão paraense.

estreia da filosofia da intuição em 1889, de Henri Bergson; a produção da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha em 1902 e a produção do *O Manifesto futurista*, do poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti em 1909 (PARÁ, 1970a, p. 16).

Em 1870, Paulino de Brito se mudou para Belém com apenas 12 anos. Nessa idade, o intelectual já se destacava por ser um menino muito inteligente, responsável e com o raciocínio muito rápido. Mesmo enfrentando muitos problemas financeiros ao lado de sua família e sem condições de estudar fora, em momento algum desinteressou-se do estudo: Brito pegava alguns livros e estudava em casa. Tentou continuar os estudos na Capital, mas percebeu a dificuldade que seria, pois a única renda deixada por seu pai foi de apenas 28\$800 por mês, e toda sua família dependia desse dinheiro. Diante dessa situação difícil, por não poder estudar na escola regular e nem ajudar a família, decidiu procurar um emprego. No entanto, foi impedido de trabalhar por não ter idade suficiente. Logo, optou por aprender a arte de tipografia. Durante esse processo, foi convocado para trabalhar como tipógrafo no jornal *O Liberal do Pará*. E foi durante o trabalho neste jornal que Brito fez o seu primeiro curso secundário.

O hábito de ler e escrever nas horas vagas, após um dia de trabalho exaustivo, fez Paulino de Brito sobressair-se em pouco tempo entre os seus parceiros de tipografia. Conforme o tempo passava, foi obtendo o seu próprio estilo de escrever: claro, coerente e acessível a todos os tipos de leitores. O pequeno operário revelou-se um excelente escritor ao publicar as suas primeiras obras no jornal onde trabalhava. Os responsáveis pela sua contratação logo perceberam que estavam diante de um indivíduo muito talentoso, inteligente e decidiram promovê-lo à posição de repórter e noticiário.

Paulino de Brito estudou no colégio Santos Inocente, fundado em Belém e coordenado pelo Cônego Antônio Gonçalves da Rocha, onde cursou o ensino primário<sup>4</sup>. Nesse período, foi criada a primeira Escola Normal, instituição educacional que oferecia ensino profissional gratuito na área do magistério para indivíduos que não tinham condições financeiras para arcar com as escolas particulares. Brito viu que era a oportunidade que tanto esperava e se matriculou para cursar o magistério. Todavia, precisou esforçar-se muito para driblar as dificuldades e conseguir conciliar os estudos com o trabalho.

Brito foi, aos poucos, vencendo os obstáculos que apareciam em sua vida. Um fato que contribuiu muito para o seu reconhecimento perante ao público foi quando na instituição que

---

<sup>4</sup> Atualmente chamado de séries iniciais.



estudava o escolheu para homenagear o bispo D. Antônio de Macedo Costa<sup>5</sup>. Este episódio lhe conferiu grande notoriedade. Tornou-se um homem notável, um intelectual muito aplaudido em reuniões literárias, em sessões patrióticas, em eventos artísticos, em comícios abolicionistas, etc. Aos 24 anos abdica do emprego de jornalista no *Jornal do Pará* para dedicar-se ao magistério.

Em 1884, mudou-se para São Paulo para cursar Direito, onde permaneceu por um ano. No ano seguinte, solicitou sua transferência para o Recife para finalizar o curso de advocacia. Após se instalar no Recife, Paulino de Brito passou por diversas dificuldades na Capital de Pernambuco, mas com muita força, perseverança, dedicação e ministrando aulas particulares, em 1889 recebe o seu diploma. Vale destacar que, Brito nunca exerceu a profissão, pois segundo ele a “sua consciência não permitia acusar um inocente e nem defender um culpado” (PARÁ, 1970b, p. 26).

Ao retornar para a Capital, depois de cinco anos vivendo fora do Pará, percorreu pela área da política. Obteve o cargo de Secretário da Repartição de Segurança Pública – na administração do governador Augusto Montenegro – no dia 1 de julho de 1898. Contudo, se decepcionou ao ver que algumas leis criadas não correspondiam aos seus princípios cristãos e isso o levou a renunciar ao cargo.

Brito exerceu vários cargos públicos, dentre eles: em 1890, tornou-se diretor da Escola Normal que, naquele período, era chamado de Instituto de Educação do Pará. Em 1897, assumiu o cargo de vice-diretor das Escolas Normais em Belém, criadas pelo governador Justo Leite Chermont. Ocupou as cadeiras de Literatura poética e dramática e de Estética musical do Conservatório da Associação Paraense. Foi patrono de Estética da música do Instituto Carlos Gomes, redator-chefe do jornal católico *A Palavra*, e professor no Ginásio Pais de Carvalho. Participou de várias associações culturais em Belém, como: Mina literária, Sociedade dos Estudos Paraenses e Academia Paraense de Letras (PARÁ, 1970b).

Paulino de Brito foi autor de várias obras. Escreveu livros de poesias como: *Noites em Claro* (1888), que foi o seu primeiro livro do gênero literário; *Cantos Amazônicos* (1900), que agrega vários poemas de sua autoria, dentre eles: *O rio negro*, *Dívida paga*, *A carta e a flor*, *Adeus!*, *Enterro e o noivado*, *A partida de Colombo*, *O poeta e o mar*, *Delírio*, *Contradições* e *A última dor*. Redigiu dois romances: o primeiro foi o *Homem das serenatas*, no qual descreve

---

<sup>5</sup> Ver DUARTE, Raimunda Dias. Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de menino, civilidade e moral cristã. Campinas/SP: PONTES, 2018, p. 161 a 210.

os costumes da sociedade paraense, e *Por causa de uma loucura*. Já como gramático e filólogo da língua, escreveu: *Novo Método de leitura* (s/d), *Gramática Primária* (1899), *Gramática secundária* (1899), *Gramática complementar* (1908), *A colocação de pronomes* (1907) e *Brasileirismos de Colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo* (1908).

Após a publicação do seu livro *Cantos Amazônicos* (1900), muitos escritores, amigos e admiradores ficaram deslumbrados com tal obra. Dentre eles estão: Julio Cezar, que se refere a Brito como “um dos mais vigorosos talentos da nova geração do nosso país”; Inácio Moura, que relata que o paraense “é o moço de inteligência máscula, o romancista, o poeta, o artista que tem a felicidade de fazer-se rodear das esperanças do futuro com a mesma facilidade com que congrega a simpatias públicas”; Alfredo Sousa que ressalta que deve-se “protestar, ao querido mestre, altíssimo respeito e veneração ardentíssima”; R. Bertoldo Nunes, que explana que admira a inteligência de Brito e que louva o seu patriotismo; M. E. Ferreira que defende que o escritor é “uma das estrelas de primeira grandeza, dentre as que fulguram no céu das letras amazônicas”; M. Silva que afirma que “não há aqui no Pará quem desconheça a laboriosa vida do autor das *Noites em Claros*. Quem recusará ver em Paulino de Brito a perseverança, a constância, a vontade, o poder de inteligência?”; J. O. Pereira de Mello, que clarifica que o professor Paulino de Brito abraçou várias ideias em prol da população e que era o orgulho da comunidade paraense; Estefânio Barroso, que afirma que “Paulino conquistou dia a dia, na bela convivência de estudantes, toda a minha admiração, o meu apreço todo”; Veríssimo Couto, que postula que Paulino de Brito é uma pérola dos talentos; Raimundo Ribeiro aponta que Brito foi um extraordinário personagem que viveu no Pará; outro que tinha uma admiração por Brito era o Conselheiro Tito, que afirma que “O povo deve ler o livro de Paulino de Brito. Por alguns poucos versos [...] verá tantas belezas a apreciar!”; tem-se também as apreciações de José Agostinho, o qual elucida: “Saudemos a VIOLETA encantadora que derrama tantos perfumes na modéstia dos seus sentimentos, e entrelacemos na sua coroa de poeta a sempre-viva chama da nossa amizade sincera”; Marquês de Carvalho que afirmava que a poesia de Brito é aquela que “busca alento no estado emocional da alma e se revela em versos naturalíssimos, de uma beleza potente, de uma forte inspiração indômita, amazônica” (PARÁ, 1970b, p. 128-134).

Outros escritores como Antônio de Carvalho, Magalhães Castro, Sérvulo Juçaba, Paulina Valete e Emília de Souza optaram em homenagear Paulino de Brito por meio de poemas.

Deu-te o amoroso Deus, o Deus que adoras,  
Grande e bondoso, a imorredoura essência;  
De cristal puro, deu-te a consciência  
Que por virtudes vai contando as horas;

Deu-te os sonhos sublimes com que enfloras  
A dura senda ignota da existência;  
Deu-te o claro fanal da inteligência,  
Da lira as cordas, ternas e sonoras.

Também deu-te esse bálsamo precioso,  
Oculto ao ímpio, conhecido ao crente,  
Que d'alma os golpes cura na oração;

Mas, dos dotes que houveste, o mais valioso  
É, Paulino, essa pérola fulgente,  
A pérola que tens – o coração!  
(PARÁ, 1970b, p.134-135)

Antônio de Carvalho

Valente lutador, intemerato atleta,  
É tempo de marchar, é tempo de seguir!  
Acenam-te a sorrir as láureas do poeta,  
Aclara o sol da Glória o céu do teu porvir!

Quem pode te sustar os passos triunfantes?  
Deus só!...Porém é Deus que impõe a perfeição.  
Não vês aquela arena? É a arena dos gigantes!  
Não vês aquela luz? É a luz da redenção!

Eu que sempre te fui amigo e companheiro,  
Que mantenho contigo os mais fraternos laços,  
Se não puder seguir-te, ousado forasteiro,  
Hei de beijar na liça o rastro dos teus passos.

E quando fores já bem longe de meus olhos,  
Se escutares acaso um grito, lá, distante,  
Não pares! Serei eu no meio dos abrolhos.  
Sim! Será minha voz a te bradar – avante!  
(PARÁ, 1970b, p. 135-136)

Magalhães Castro

Poeta! Espalha o teu olhar em tórno!  
Repara nos semblantes jubilosos  
Dos moços que contentes, pressurosos,  
De flores vêm sorrindo coroar-te.  
Abrasa-lhes o peito um fogo férvido!  
Exultam no estuar febricitante  
Do alegre pensamento rutilante:  
Que devem prosternados laurear-te!

São os nautas dos mares do trabalho.  
Ao partir para as lides do futuro,  
Elegem-te teu sábio Palinuro  
Nas viagens do estudo sacrossanto.  
Eles sabem honrar o gênio indômito,  
Que cintila em teu estro refulgente,  
Conquistando da turba um brado ardente  
Rico de amor, esplêndido de encanto!

Caminha! Enceta o longo itinerário  
 Das jornadas heroicas do estudar!  
 E quando regressares do teu lar,  
 Escudado da glória no troféu,  
 Recorda-te saudoso desta noite  
 Em que um povo imortal, feliz e grande,  
 Fez justiça a esse atleta que se expande  
 Nas fibras geniais do crânio teu!  
 (PARÁ, 1970b, p. 136-137)

Sérvulo Juaçaba

Tua frente, Poeta! Onde fulgura  
 A luz da mais sublime inspiração,  
 Ostenta a placidez serena e pura  
 Das estrêlas que brilham na amplidão.

A tua mente soberana, onde arde  
 Viva centelha de imortal clarão,  
 É como o mar tranquilo, quando à tarde  
 Brinca a onda ao sabor da viração.

É lago onde flutua mansamente,  
 Como batel em límpida corrente,  
 O lírio virginal da poesia

Poeta, como tu, - ah! Quem me dera  
 Ter na mente uma eterna primavera,  
 Ter no peito um tesouro de harmonia!  
 (PARÁ, 1970b, p. 140)

Paulina Valete

Perdoa a minha ousadia  
 De no teu nome tocar.  
 Os segredos da poesia  
 Não me quis Deus revelar.  
 Não tive o dom excelente.  
 Do áureo verso refulgente.  
 Tenho um coração somente  
 Que sabe sentir e amar

Ao ler teus versos formosos,  
 Tão doces, tão bem sentidos,  
 Como favos saborosos  
 De magos vergéis colhidos;  
 Ao ouvir teus belos cantos,  
 Cheios de mimos e encantos,  
 Nos olhos meus sinto prantos  
 De puro prazer vertidos.

Revive na tua pena,  
 Aprimorada e louçã,  
 O estro de Santa Helena,  
 Alma gêmea e glória irmã.  
 Poeta! O céu te proteja!  
 Que o teu gênio sempre seja  
 Como a rosa que viceja,  
 Como a estrela da manhã!  
 (PARÁ, 1970b, p. 140-141)

Emília de Souza

Nos poemas, Paulino de Brito é exaltado, admirado, respeitado, e até invejado. O educador da província do Pará foi defensor dos pobres, dos negros, das mulheres e contribuiu significativamente para educação paraense.

Na passagem do século XIX para o século XX, Paulino de Brito se envolveu em uma grande polêmica com o português Candido de Figueiredo a respeito da colocação pronominal<sup>6</sup>. Paulino de Brito questionava o discurso preconceituoso de Candido de Figueiredo em sua gramática do autor português, conforme aponta Duarte (2018). As respostas do educador do Pará foram publicadas, em forma de artigo, no jornal paraense *A Província do Pará*. Como réplica, o gramático português publicou um conjunto de artigos no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. As disputas ideológicas e acadêmicas entre os dois intelectuais resultaram nas seguintes obras: *A colocação de pronomes* (BRITO, 1907), *O problema da Colocação de Pronomes* (FIGUEIREDO, 1909) e *Brasileirismos de Colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo* (BRITO, 1908), esta última como já foi exposto, é objeto deste trabalho.

---

<sup>6</sup> Esse debate será tratado no capítulo 4.

### 3 O CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DE *BRASILEIRISMOS* NA *COLOCAÇÃO DE PRONOMES*

O Brasil foi “descoberto”, conforme alguns historiadores, em 1500. Todavia, os primeiros relatos a respeito da colonização só acontecem efetivamente em 1532, após a instalação dos Portugueses no Brasil. Desde esse momento, a língua portuguesa começa a ser falada pelos indivíduos daqui em um novo espaço-tempo. Orlandi (2001) distingue quatro situações relacionadas ao surgimento da língua nacional no Brasil, do ano de 1532 até o final do século XIX.

O primeiro momento iniciou-se com a colonização até a expulsão dos holandeses, em 1654. No decorrer desse período, apenas os proprietários de terras, os letrados e um pequeno grupo de funcionários falavam a língua portuguesa. De acordo com Orlandi (2001), o indivíduo que não tivesse o domínio ou que não falasse a língua portuguesa comunicava-se por meio da “língua geral”<sup>7</sup>. Era através dessa língua que se estabelecia o contato entre índios de diferentes tribos e entre índios e portugueses e seus descendentes. No decorrer do tempo, a língua portuguesa foi se expandindo no Brasil de tal maneira que algumas instituições católicas começaram a ensinar o português em suas instituições de ensino. Além disso, verificava-se documentos oficiais redigidos em português.

O segundo momento se estabeleceu de 1654 a 1808, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, ocasião em que Napoleão Bonaparte<sup>8</sup> invadiu Portugal. Nesse cenário, os Holandeses são expulsos do Brasil e, conseqüentemente, os portugueses se apossam do território brasileiro. Orlandi afirma ao explicar esse fato que,

Com a expulsão dos Holandeses, os Portugueses tomaram efetivamente posse do território e com o crescimento de sua ação colonizadora o número dos portugueses no Brasil cresce, aumentando ao mesmo tempo o número dos que falam o português. A relação entre o português, língua da colonização, e as diferentes línguas faladas no Brasil é então modificada (ORLANDI, 2001, p. 22).

<sup>7</sup>“Em termos históricos, a expressão *língua geral* refere-se ao processo linguístico e ético instaurado no Brasil pelo complexo catequético-colonizador, cujo emprego aponta para três acepções: a) em sentido genérico, diz respeito às línguas surgidas na América do sul em consequência dos contatos entre agentes das frentes de colonização e os grupos indígenas; b) especificamente, designa as línguas, de base indígena, desenvolvidas e instituídas em São Paulo e na Amazônia, e faladas por uma população supraétnica; c) refere-se também à gramatização dessas línguas ditas gerais” (BORGES, 2001, p. 211).

<sup>8</sup>Napoleão Bonaparte foi um estadista e líder militar francês que ganhou destaque durante a Revolução Francesa e liderou várias campanhas militares de sucesso durante as Guerras Revolucionárias Francesas.

Nota-se que a mudança linguística que ocorreu no Brasil não está relacionada somente à vinda dos portugueses de diferentes regiões de Portugal ao território brasileiro, mas também à chegada de negros para esse território em consequência do desenvolvimento da escravidão. Sobre isso, Orlandi (2001, p. 22) aponta que “à medida que aumenta a escravidão aumentam também os contatos entre os locutores das línguas africanas e os que falam o português”. Guimarães elucida que,

Para se ter uma ideia no século XVI foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Este número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. O espaço de línguas do Brasil passa a incluir também a relação das línguas africanas dos escravos e o português. Com o maior número de portugueses cresce também o número de falantes específicos do português. Desse modo, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Portanto, conforme os autores Orlandi (2001) e Guimarães (2005), o Brasil tornou-se um território com falares regionais muito diversificados, visto que os portugueses começavam a dividir o mesmo contexto de comunicação com falantes oriundos de diferentes regiões de Portugal e com falantes de outras línguas.

É importante explicar que Marquês de Pombal<sup>9</sup> era contra o ensino das línguas indígenas nas escolas dos jesuítas e exigia a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em tais escolas. A escritora Mariani (2001).

Quando o marquês de Pombal assume a função de ministro de D. José I, ocorre o processo de expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias portuguesas. Paralelamente, o Marquês promove uma reforma pedagógica em Portugal, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa no lugar da latina. No que se refere ao Brasil, o diretório de 3 de maio de 1757 [...], confirmado pelo rei português D. José I em 17 de agosto de 1758, torna oficialmente obrigatórios o ensino e o uso do português. A diretoria de Pombal é normalizadora e unificadora. Tem como objetivo inibir usos linguísticos que não sejam portugueses (MARIANI, 2001, p. 111).

Segundo a autora, o diretório dos índios<sup>10</sup> de Marquês de Pombal funcionava como uma condenação, uma censura contra os usos linguísticos que eram diferentes do português. O

<sup>9</sup>Sebastião José de Carvalho e Melo, mas conhecido como Marquês de Pombal, foi um ministro que esteve à frente do governo no reinado de D. José I.

<sup>10</sup> O *Diretório dos Índios* foi criado pelo governo do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Por meio deste diretório, foi decretado, em 1757, aos habitantes da região Norte do Brasil, o uso obrigatório do português, que deveria ser a única língua a ser falada nesta região (MARIANI, 2001, p. 100).

diretório prevaleceu durante 40 anos. No dia 12 de maio de 1798, este diretório foi extinto. Contudo, “as raízes desse português-brasileiro continuaram resistindo e produzindo efeitos no dizível possível, embora a língua geral e as demais línguas indígenas tivessem sofrido um processo sistemático de eliminação ao longo dos séculos seguintes” (MARIANI, 2001, p.111).

O terceiro momento se deu com a chegada da família real portuguesa em território brasileiro no ano de 1808 (a corte portuguesa foge da guerra contra a França e muda-se para o Rio de Janeiro) e termina em 1826. Com a instalação da Família Real no Brasil, a língua portuguesa se impõe ainda mais como a língua do colonizador. Diante disso, é nesse período que a língua portuguesa é formulada como língua nacional do Brasil. Orlandi (2001) faz o seguinte comentário sobre a fuga da Corte portuguesa para o Brasil, mostrando as mudanças realizadas aqui.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil desloca em torno de 15.000 Portugueses para a nova sede da Coroa Portuguesa. Este acontecimento vai mudar as relações entre as línguas faladas no Rio de Janeiro. Além disso, o rei Dom João VI criou, neste momento, a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, instituição cujo papel será fundamental na vida cultural e intelectual brasileira até hoje (ORLANDI, 2001, p. 23).

Por conseguinte, é notável que a vinda da família real para o Brasil trouxe dois efeitos importantes e conforme aponta Guimarães (2005), o primeiro foi o aumento da população portuguesa em território brasileiro, pois vieram 15000 portugueses com a família real; já o segundo efeito foi a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império, incluindo a questão do idioma.

Por fim, o quarto período começa em 1826, quatro anos após a proclamação da Independência do Brasil, que aconteceu em 1822. Nesse ano, o deputado José Clemente Pereira apresentou uma emenda no Parlamento do Império Brasileiro na qual “propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em *linguagem brasileira*” (ORLANDI, 2001, p. 23). Essa proposta desencadeou no ano de 1827 várias discussões no sentido de que os professores precisariam ensinar aos seus alunos a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. No ano de 1828, foi decretado que os professores deveriam ensinar a gramática da língua



nacional. Os intelectuais mais influentes desse período foram: José de Alencar<sup>11</sup>, Macedo Soares<sup>12</sup> e Salomé Queiroga<sup>13</sup>.

Guimarães traz algumas informações importantes a respeito da discussão sobre língua nacional. Vejamos:

Essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil. É dessa época a literatura de José de Alencar que tem debates importantes com escritores portugueses que não aceitavam o modo como ele escrevia. É também dessa época o processo pelo qual os brasileiros tiveram legitimadas suas gramáticas para o ensino de português e seus dicionários. Dessa maneira cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com o outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, trabalham o “sentimento” do português como língua nacional do Brasil (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

Guimarães (2005, p. 25) afirma que no século XIX, o português já tinha sido denominado um idioma oficial e nacional em território brasileiro, o que possibilitou a relação entre o português e o idioma dos imigrantes. A chegada dos alemães para a Ilhéus (1818) e Nova Friburgo (1820) deu início à imigração. E em consequência disso, foram chegando ao Brasil alemães, coreanos, japoneses, italianos, holandeses, ingleses, dentre outros. Dessa maneira, o espaço de enunciadores do Brasil percorre – em relação à língua oficial e nacional – duas relações significativamente diferentes: de um lado, tem-se as línguas indígenas e de outro, as línguas dos imigrantes. A língua dos imigrantes em território brasileiro se deu quando o governo decidiu fazer uma ação buscando colaboradores de outros países para estimular o crescimento do país. Portanto, esses cooperadores vinham para o Brasil e traziam consigo a sua língua de origem.

Guimarães finaliza dizendo que,

Enquanto língua oficial e língua nacional do Brasil, o português é uma língua de uso em todo o território brasileiro, sendo também a língua dos atos oficiais, da lei, a língua da escola e que convive, na extensão do território brasileiro, com um grande conjunto de outras línguas (de um lado as línguas indígenas e de outro as línguas de imigrantes). Por outro lado, enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham

---

<sup>11</sup> José Martiniano de Alencar foi um escritor e político brasileiro. É notável como escritor por ter sido o fundador do romance de temática nacional, e por ser o patrono da cadeira fundada por Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras.

<sup>12</sup> José Carlos de Macedo Soares foi um jurista, historiador e político brasileiro.

<sup>13</sup> João Salomé Queiroga foi poeta, romancista, magistrado, diplomado em Direito.

como língua materna outras línguas, ou seja, ou indígenas ou de imigrantes. (GUIMARÃES, 2005, p. 25)

Destarte, o que está em jogo não é apenas a predominância de uma língua sobre a outra, mas a língua enquanto marca de nacionalidade, em sua ligação com a nação. E é nesse aspecto que será compreendida a diferença entre o português brasileiro e o português europeu.

Em meados do século XIX, o Brasil passou por um processo de gramatização<sup>14</sup> do português brasileiro, no qual lutava-se pelo reconhecimento de uma identidade nacional. Orlandi (2002, p. 158-159) explica que a gramatização da nossa língua está associada à “constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática”. Nesse sentido, o português do Brasil não é uma adaptação pragmática do português de Portugal, mas um fato histórico que se difere dele. Afinal, a língua portuguesa desenvolveu-se em ambientes diferentes, por meio de enunciadores completamente distintos. Assim sendo, o brasileiro lutava para usar um sistema linguístico próprio de sua nação.

Conforme Orlandi (2002, p. 128), “se a colonização impõe uma língua, a historicização da língua faz com que essa mesma colonização sofra um deslocamento visível no processo de gramatização”. Em outros termos, a historicização decreta a língua a ser gramatizada e apaga outras línguas que produzem as instabilidades em torno da língua que se fala.

Em virtude dos fatos mencionados, no final do século XIX, surgiram algumas polêmicas a respeito da língua nacional no Brasil. Pfeiffer (2001, p. 167) nos apresenta algumas indagações sobre isso:

Qual é a língua que falamos, de que modo a falamos, de que modo a escrevemos, quem fala esta língua e quem se apaga nas outras línguas que não são descritas? Enfim, quais são os sentidos que foram sendo construídos, a partir da segunda metade do século XIX, para a língua nacional Brasileira.

A autora apresenta algumas polêmicas que surgiram neste período:

[...] em 1870, o escritor brasileiro José de Alencar, em seu *pós-escrito* à segunda edição de *Iracema*, responde às críticas feitas pelo filólogo português Pinheiro Chagas sobre o modo como escreveu o seu livro. Entre 1879 e 1880, o jornalista e político brasileiro Carlos de Laet inicia uma polêmica com o escritor português Camilo Castelo Branco, opondo-se ao seu artigo “Fagundes Varela” em que a poesia e os poetas brasileiros são altamente criticados. A partir de seu artigo “Papelinhos”, o gramático e historiador brasileiro João Ribeiro iniciou, em 1913, uma polêmica com

<sup>14</sup> Gramatização foi um termo elaborado por Sylvain Auroux (1992, p. 65) para designar “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

o brasileiro Carlos de Laet em torno de discussões gramaticais sobre a língua nacional. Esta polêmica durou três meses, ocupando o espaço de mais de trinta artigos, o que nos permite ver a dimensão que teve para os escritores. Finalmente, entre 1902 e 1907, travou-se a polêmica em torno da escrita do Código Civil entre o revisor do primeiro texto do código, o professor e filólogo brasileiro Carneiro Ribeiro, e seu antigo aluno, o Senador Rui Barbosa, responsável pela redação final do Colégio brasileiro (PFEIFFER, 2001, p. 167-168).

No final do século XIX, houve uma grande proliferação de trabalhos de autores brasileiros com o intuito de dar mais visibilidade as obras brasileiras e mostrar ao povo brasileiro que o país possuía particularidades linguísticas que deveriam refletir-se nos compêndios gramaticais. Dentre estas produções, têm-se as publicações no campo da linguística e da literatura e as produções de gramáticas de autores brasileiros com características próprias do português brasileiro. Nesse sentido, o processo de gramatização brasileira do português foi apontado, de um lado, pela ligação que o “Brasil teve com as ideias filosóficas e científicas de outros países diferentes de Portugal e, de outro, pela instituição escolar brasileira que foi posta em funcionamento a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II<sup>15</sup>” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25).

Orlandi e Guimarães (2001) defendem que um fato que contribuiu para o processo de gramatização brasileira foi a publicação do Programa de Português para os Exames Preparatórios<sup>16</sup>, organizado pelo professor Fausto Barreto do Colégio Pedro II no ano de 1887, por solicitação do Diretor da Instrução Pública, Emídio Vitório. O programa de Fausto Barreto se

organiza em torno de 46 itens. Os 5 primeiros tratam de “observações gerais sobre o que se compreende por gramática geral, por gramática histórica ou comparativa e por gramática descritiva ou expositiva. Objeto da gramática portuguesa e divisão de seu estudo. Fonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogais; grupos vocálicos; consoantes; grupos consonânticos; sílaba; grupos silábicos; vocábulos; notação lexicais. O item 6 compreende; “Morfologia: estrutura da palavra; raiz; tema; terminação; afixos; do sentido das palavras deduzidos dos elementos morfológicos que os constituem; desenvolvimento dos novos sentidos das palavras”. Os itens 7 a 11 dizem respeito às classes de palavras. O item 12 trata do “Grupos de palavras por famílias e por associação de ideias. Dos sinônimos, dos homônimos e dos parônimos”. Os itens 17 a 20 têm por objeto a formação das palavras e os itens 21 a 28 a etimologia portuguesa. Os itens 30 a 41 tratam da sintaxe. O item 41 trata da colocação dos pronomes pessoais (este é um elemento constante das discussões que incidem sobre as diferenças ente o português do Brasil e o de Portugal). Os itens 42 a 46 tratam da retórica e da estilística (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25)

<sup>15</sup> O colégio Dom Pedro II foi criado em 2 de dezembro de 1837 pela transformação do Seminário São Joaquim.

<sup>16</sup> Os exames preparatórios eram um requisito para ocupar uma vaga na universidade.

Orlandi e Guimarães (2001) elucidam que é após a publicação do Programa de Fausto Barreto que se inicia o processo de gramatização brasileira. “Os títulos das gramáticas e o desenvolvimento dos estudos gramaticais do português se inscrevem em um processo de gramatização que criou o espaço da diferença com a língua de Portugal sem no entanto atentar contra a unidade com Portugal” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 27).

Dentre as gramáticas que surgiram no final do século XIX, tem-se a *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro<sup>17</sup> \_ segundo Orlandi e Guimarães (2001), este intelectual foi um dos autores que iniciaram o processo de gramatização brasileira do português \_ e a gramática de João Ribeiro<sup>18</sup> que conforme os autores apontam, este título *Grammatica Portugueza* “funciona a partir de uma posição de denominação que marca a relação com Portugal” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 27).

A propósito dos títulos que eram dados aos compêndios, no ano de 1887, é publicada a *Grammatica da Lingua Portugueza*, de Pacheco Silva e Lameira de Andrade<sup>19</sup>. Estes autores introduziram no título do seu compêndio o termo *língua* e deslocaram o nome *portuguesa* com o intuito de caracterizar como *portuguesa* não a gramática, mas sim a língua. Já no campo da lexicologia e da lexicografia surge o *Diccionario Brasileiro da Lingua Portugueza*, de Antonio Joaquim de Macedo Soares<sup>20</sup>, publicado no ano de 1888. Já no século XX, no ano de 1968, o gramático Evanildo Bechara<sup>21</sup> publica a *Moderna Gramática Portuguesa*, cujo termo *moderna* é utilizado para apontar que a língua é a mesma e o que passa por modificações é a gramática, ou seja, a gramática sempre está se modernizando. Celso Cunha<sup>22</sup>, em 1970, publica a *Gramática do Português Contemporâneo*. O título sugere que a língua portuguesa tem um caráter universal. Mais tarde, o gramático brasileiro publica, junto com o linguista Lindley

<sup>17</sup> Júlio César Ribeiro Vaugham, conhecido como Júlio Ribeiro, nasceu em Sabará, Minas Gerais, no dia 16 de abril de 1845 e morreu em Santos no dia 1º de novembro de 1890. Foi professor do Colégio Culto à ciência, dirigido pelo ver. George Washington. Foi jornalista; fundou os jornais *A Procelária* e *O Rebelde*. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 125).

<sup>18</sup> João Ribeiro era sergipano e veio para o Rio de Janeiro no ano de 1880. Era pintor, músico, poeta, gramático, formado em direito e autor da obra *História do Brasil* ((ORLANDI, 2002, p. 138).

<sup>19</sup> Manuel Pacheco da Silva Júnior nasceu no Rio de Janeiro, em 1842, e morreu em Niterói, em 1899. Dedicou-se ao magistério desde a juventude, foi professor de inglês do Liceu de Artes e Ofícios; seu amplo conhecimento em linguística lhe deu distinção como filólogo. Suas publicações foram: *Grammatica Portugueza*, *Noções de Semantica*, *Estudos de Língua Vernacula*, *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, *Noções de Analize Grammatical*, *Fonetica*, *Ethimologica e Sintatica*, *Estudos Filologicos de João Ribeiro*. Sobre o escritor Lameira de Andrade, tem-se pouca informação. Sabe-se que prestou serviço para Escola da Língua Portuguesa, tanto como professor da Escola Normal quanto como co-autor da obra *Grammatica da Língua Portugueza* (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 136).

<sup>20</sup> Antônio Joaquim de Macedo Soares foi jurista, magistrado, lexicógrafo, político e escritor brasileiro.

<sup>21</sup> Evanildo Bechara é professor, gramático, filólogo e linguista.

<sup>22</sup> Celso Ferreira da Cunha foi professor, gramático, filólogo e ensaísta brasileiro.

Cintra,<sup>23</sup> autor português, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Observa-se aqui a aliança entre dois autores: um brasileiro e um português (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001).

Orlandi e Guimarães (2001, p. 27-28) encerram dizendo que

O argumento do “novo” contra a tradição assim como a afirmação da unidade linguísticas com Portugal são, pois, os dois pontos fortes da gramatização brasileira no final do século XIX. É neste contexto que a noção de “autor” toma sentido como noção fundamental para a gramatização brasileira. O novo e a afirmação de unidade não são contraditórios. São meios de referir a existência de uma *função-autor-brasileiro da gramática* que distingue a gramatização brasileira da praticada em Portugal.

A gramatização brasileira do português, conforme explica Guimarães (2005, p. 26-27), apresenta algumas características que podem ser encontradas no nível fonético e fonológico, no nível morfológico e sintático e no nível lexical. No nível fonético-fonológico, o português do Brasil apresenta em seu sistema 7 vogais na posição tônica, ou seja, /a/, /ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/. A vogal /a/, é enunciada com o timbre mais aberto e a língua encontra-se em repouso; as vogais /ɛ/, /e/ e /i/ são anteriores e enunciadas com um movimento da língua para frente e as vogais /ɔ/, /o/ e /u/ são posteriores e enunciadas com a língua para trás. Em contrapartida, no português de Portugal, há 8 vogais na posição tônica, são elas: /a/, /ä/, /ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/. A vogal /ä/ de Portugal é enunciada com uma certa elevação da língua. Além disso, na posição átona final, há 3 vogais no português do Brasil, são elas: /a/, /i/ e /u/. No português de Portugal, nessa posição também há três vogais, a saber /ä/, /ë/ e /u/. A vogal /ä/ é enunciada com a língua mais elevada e o /ë/ com o timbre mais fechado. A vogal /u/ apresenta as mesmas características tanto no Brasil quanto em Portugal. Em relação à posição pretônica, no Brasil, há 5 vogais /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/ e em Portugal permanecem as 8 vogais da posição tônica, /a/, /ä/, /ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/ com a diferença de que a vogal /e/ passa a ser /ë/ em uma articulação mais central.

No que se refere à morfologia e à sintaxe, no nível sintático, é muito comum utilizar no Brasil os clíticos (*me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, os, a, as*) na posição proclítica em início de um enunciado. Em Portugal essa forma não é aceita, pois a ênclise é a usual. Além disso, no Brasil é comum encontrarmos enunciados, como: *está escrevendo*, com estar + gerúndio; todavia, em Portugal, essa forma não é bem recebida, visto que a forma usual é *está a escrever*, com *estar a + infinitivo*. Outra diferença sintática entre Brasil e Portugal, envolve as preposições *em* e *a*. A primeira é muito comum no Brasil, toma-se como exemplo a expressão: *está na*

---

<sup>23</sup> Luís Filipe Lindley Cintra foi um dos mais importantes filólogos e linguistas portugueses.

*janela*. A segunda é bem presente nos enunciados de Portugal, como: *está à janela*. Para finalizar, no nível lexical, muitas palavras que apresentam um significado em Portugal, têm outro significado no Brasil, por exemplo: a palavra comboio em Portugal significa trem no Brasil; autocarro em Portugal é ônibus no Brasil. Portanto, pode-se encontrar várias características inerentes ao português do Brasil ou de Portugal, porém, se quisermos conhecer mais sobre essas características, primeiro devemos analisar como o português está “dividido em falares regionais específicos ou registros distintos de acordo com situações particulares do funcionamento da língua, como o formal ou coloquial, o íntimo e o público, etc.” (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

No Pará, o processo de gramatização brasileira também ocorreu e, segundo aponta Duarte (2021), Julio Cezar Ribeiro de Souza foi o primeiro autor paraense a publicar uma gramática do vernáculo. A *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar foi publicada em 1872 pela tipografia Commercial de Francisco da Costa Junior. Conforme a autora, na folha de apresentação da obra, há o documento n. 204, assinado pelo diretor geral interino da Diretoria de Instrução Pública da Província do Pará, José Felix Soares, o qual “trata da aprovação da gramática de Julio Cezar para ser adotada nas escolas paraenses” (DUARTE, 2021, p. 139). Logo, Julio Cezar foi o primeiro autor paraense a publicar uma gramática do vernáculo no estado do Pará, tornando-se essencial para o processo de gramatização no Brasil.

Duarte (2021, p. 143) expõe duas características encontradas na gramática de Julio Cezar que já apontam para o processo de gramatização do português brasileiro, a saber:

a) a relação do autor com as ideias filosóficas e científicas de outro país diferente de Portugal; neste caso, a França; b) a comparação que Julio Cezar faz entre as línguas portuguesa e francesa. Ao comparar formas semelhantes de duas línguas da mesma família – as línguas românicas – o gramático paraense utiliza um método que aponta para a Linguística Comparada de Franz Bopp, um dos autores cujo estudo serve de referência para os gramáticos brasileiros da corrente científica (DUARTE, 2021, p. 143).

A autora postula que Julio Cezar defendia o uso do *se* como sujeito e, ao fazer isso, o intelectual opunha-se a Soares Barbosa e Sotero dos Reis, gramáticos brasileiros da corrente filosófica que tratavam o *se* como complemento objetivo.

a) o *se* também se articula com verbos intransitivos como *se* fala em português, principalmente no Brasil: *se* morre, *se* vive, *se* geme, *se* chora. Da mesma forma, os franceses dizem: *on* meurt, *on* vit, *on* gémit, *on* pleure. b) o uso da passiva não referenda o *se* como complemento, como pretende Sotero dos Reis. “o simples facto de ser preciso mudar o verbo para a voz passiva para poder ser

regida a oração, è de grande alcance para quem attemder que a forma activa da oração é a mais natural, e que não há figura que torne impossivel a sua regência” (SOUZA, 1872, p. 14, nota apud DUARTE, 2021, p. 144).

Portanto, como foi exposto por Duarte, a *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar já trazia marcas que apontavam para a gramatização brasileira do português. O estudo dessa gramática paraense é de grande relevância para a compreensão de particularidades do português brasileiro. A forma de falar brasileira não constitui “erro” porém marcas do português brasileiro, logo, diferentes das de Portugal.

Acima, foi discutido sobre os nomes que vários gramáticos deram aos seus compêndios para identificar a língua no Brasil. Mas, qual era o nome da língua no Brasil? Ao longo do século XIX e no século XX, a língua recebe diferentes nomes: “língua nacional, língua pátria, luso-brasileiro, dialeto brasileiro, linguagem brasileira” (DIAS, 2001, p. 185). As gramáticas, na maioria das vezes, traziam os títulos: *Gramática Portuguesa* e *Gramática Nacional*. Nesse sentido, ao longo do século XIX e início do século XX, a língua recebe diferentes nomes, os quais eram reproduzidos nos títulos das gramáticas. Faraco (2016) cita alguns: *Compendio da grammatica da língua nacional* (1835), de Antônio Alvares Pereira; *Arte de grammatica portugueza*, do padre Ignácio Felizardo Forte (1816); *Compendio de grammatica portugueza* (1829), do padre Antônio da Costa Duarte; *Grammatica portugueza* (1866), de Francisco Sotero dos Reis; *Grammatica portugueza* (1887), de Alfredo Gomes; *O idioma nacional* (1929), de Antenor Nascentes; *Língua nacional* (1937), de Cândido Jucá Filho; *Lições de português* (1915), do gramático Otoniel Mota; *Estudos da língua portuguesa* (1903), *Novos estudos da língua portuguesa* (1911) e *Novíssimos estudos da língua portuguesa* (1914), de Mário Barreto; *Dificuldades da língua portuguesa* (1908), *Gramática elementar da língua portuguesa* (1923) e *Gramática secundária da língua portuguesa* (1923), de Saïd Ali e *Lições de português* (1923), de Sousa da Silveira.

Dias (1995, p. 6) faz o seguinte comentário sobre essa questão:

O debate em torno da adoção do atributo “brasileiro” para esse idioma nos permite formular hipóteses interessantes sobre como se configura uma identidade para a nação e para o brasileiro na época. A tentativa de mudança da denominação da língua brasileira significava para os que combatiam essa mudança, uma tentativa de desestabilizar todo um percurso de escrita em relação ao qual a sociedade letrada do País encontrava a sua própria referência. Para os que defendiam a mudança, ela significava uma forma de conceber, com uma forte carga de ufanismo, a brasilidade e a nação a partir da tradição positivista.

Segundo Faraco (2016), até a independência, as referências que se tinham em relação à língua no Brasil eram denominações como: *português ou língua portuguesa*. Todavia, Dias (2001, p. 188) defende que é somente “nas décadas de 30 e 40 [...] que a *questão da língua* foi colocada de uma forma mais consistente”. No ano de 1935, foi exposto e debatido na Câmara do Distrito Federal, o primeiro projeto sugerido pelo vereador Frederico Trotta em relação às mudanças na designação da língua falada no Brasil.

Vejamos o assunto desse projeto:

A CAMARA MUNICIPAL resolve:

*Art. 1º Os livros didáticos, relativos ao ensino da língua pátria só serão adotados na escolas primárias e secundárias do Distrito Federal quando denominarem de brasileira a língua falada e escripta no Brasil.*

*1º - Ficam exceptuados da exigência do artigo 1º, os livros editados anteriormente a esta lei.*

*2º - Nos programas de ensino, os capítulos referentes á língua pátria deverão referir-se, exclusivamente, á língua brasileira.*

*3ª – As denominações das cadeiras<sup>24</sup> de ensino da língua pátria em todos os estabelecimentos mantidos pela Municipalidades serão imediatamente substituídas pela denominação – Língua Brasileira.*

*Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrários. (Anais da Câmara Municipal do Distrito Federal. Julho de 1935. p. 315).*

O projeto em questão, conforme aponta Dias (2001), foi aceito e em setembro de 1935 entrou em vigor. Todavia, não há documentos que comprovem se esse projeto foi, de fato, efetivado. Mais adiante, no mesmo ano, foi proposto o segundo projeto. Este foi apresentado na Câmara dos Deputados.

A CAMÁRA DOS DEPUTADOS resolve:

*Art. 1º - Da data desta lei em diante, sem prejuízo das edições já feitas, será obrigatória, em todos os livros didacticos, a denominação de “língua brasileira” toda vez que trate do idioma falado no Brasil.*

*Art. 2º - Os livros que não obedecem ao disposto no art. 1º não poderão ser adotados nas escolas públicas officiaes, officializadas ou fiscalizadas pelos poderes públicos.*

*Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. (Anais da Câmara dos Deputados. Junho de 1935, p. 438)*

---

<sup>24</sup> Significa Disciplina escolar.



Esse projeto foi discutido por meses, mas infelizmente não chegou a ser votado, pois o Congresso foi bloqueado no ano de 1937, pelo presidente Getúlio Vargas<sup>25</sup>, na chamada “Ditadura militar”<sup>26</sup>. Mas, no ano de 1945, logo após o ressurgimento das organizações legislativas, um novo projeto foi apresentado na Assembleia Nacional Constituinte, para solicitar que fosse feita a mudança do nome do idioma.

A emenda de número 3.663, apresentada pelo Deputado Soares Filho dizia:

Considerando que a língua falada no País é um dos mais importantes fatores da unidade nacional e um dos mais fortes caraterísticos da sua independência o direito de modificar, pelo uso local;

Considerando que, desde a primeira Câmara dos Deputados, em 1826, no Brasil, se vem propondo, em sucessivas ocasiões, que a língua falada no país tenha a denominação de Língua Brasileira, denominação pela qual se batem há muito tempo muitos e muitos intelectuais brasileiros;

Considerando que o Brasil, no fim do século presente, terá uma população de centenas e meia de milhões de habitantes e que Portugal não conseguirá somar, então, talvez, nem mesmo duas dezenas de milhões;

Considero que é o português do Brasil e não o português de Portugal; o que está provocando o interesse e a curiosidade mundiais:

Art. – O Governo nomeará uma Comissão de professores, jornalista e escritores que, estudando as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, opinará sobre a questão da denominação de língua brasileira, tão insistentemente reclamada por muitos intelectuais e já adotada por uma resolução aprovada pela quase unanimidade do Conselho Municipal do Distrito Federal (Anais da Assembleia Constituinte, 1946, Vol. XXV, p. 238-239).

Longas foram as discussões e, conseqüentemente, foi aprovada uma Comissão para tratar especificamente desse projeto. Segundo Faraco (2016, p. 170), faziam parte dessa Comissão, quinze membros: cinco eram da Academia Brasileira de Letras, dentre eles: José Carlos de Macedo Soares, Cláudio de Sousa, Alfredo Taunay, Pedro Calmon e Levi Carneiro; quatro eram da Academia de Filosofia, são eles: Sousa da Silveira, Augusto Magne, Clóvis Monteiro e Júlio Nogueira; outros quatro eram associados a instituições de ensino e à associação Brasileira de Imprensa, dentre eles: general Forte de Oliveira, Inácio Manuel Azevedo do Amaral, Leonel Franca e Herbert Moses. Fechando a lista, foram chamados para compor essa Comissão os deputados federais, Gustavo Capanema e Gilberto Freyre. Entretanto, esta mesma

<sup>25</sup> Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 1882. Ao longo de sua vida, foi advogado e político. Getúlio Vargas ficou conhecido por ter sido o presidente brasileiro que ficou mais tempo na presidência, ou seja, desde 1930 até 1945. Vargas permaneceu no poder durante 15 anos.

<sup>26</sup> Ver em: Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho / organização Maria Paula Araujo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013”. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Ditadura-Militar-e-Democracia-no-Brasil-Hist%C3%B3ria-Imagem-e-Testemunho.pdf>. Acesso em 16 de ago. 2021.

Comissão estabeleceu uma posição oposta à mudança. Macedo Soares foi quem dirigiu e Sousa da Silveira foi o relator que apresentou um parecer com a seguinte conclusão:

Á vista do que fica exposto, a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa.

E, em consequência, opina que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: Língua Portuguesa.

Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras – Língua Portuguesa – a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado (SILVEIRA, 1972, apud FARACO, 2016, p. 170).

Conforme Faraco (2016), o parecer dessa Comissão colocou fim à luta de quase quatro séculos pela mudança do idioma no Brasil. Todavia, mesmo com o fim, as referências à língua nacional e idioma nacional continuaram a ser usados, pois a Constituição de 1967, apresentada pelo regime militar, estabelecia no (art. 168, 3º, I), que “O ensino primário somente será ministrado na língua nacional”. O linguista brasileiro nos chama atenção que as discussões a respeito da denominação da língua que se fala no Brasil (língua nacional, idioma nacional, língua portuguesa, língua brasileira, outros) só foi matéria Constitucional a partir da Constituição de 1934. Já na Constituição de 1988<sup>27</sup> (art. 13), foi decretado que “**A língua portuguesa** é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. Faraco (2016) finaliza dizendo que pelo menos nas universidades do Brasil e de Portugal ainda estão estudando a respeito da língua. Cabe agora saber se os dois países usam ou não o mesmo idioma.

---

<sup>27</sup> Ver em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

#### 4. **BRASILEIRIMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS: A LÍNGUA NACIONAL**

A obra *Brasileirismos de Colocação de Pronomes* de Paulino de Almeida Brito, tem uma única edição, publicada em 1908 pela Livraria Azevedo e Viúva Azevedo & C. O compêndio não possui sumário. É composto por sete capítulos e sessenta e duas páginas. Os capítulos, não apresentam títulos e são indicados por algarismos romanos.

Neste capítulo, discutiremos o fenômeno da colocação de pronomes clíticos sob os aspectos prescritos e descritivos e a forma de falar brasileira postulada na obra *Brasileirismos*.

##### 4.1 Aspectos prescritivos e descritivos da colocação dos pronomes clíticos

Os pronomes clíticos são chamados de pronomes oblíquos por Paulino de Brito. São chamados assim por “não terem acentuação própria, subordinando-se, por isso, á acentuação da palavra a que se acostam” (BRITO, 1908, p. 23). O autor cita os clíticos pronominais (pronomes oblíquos) com os quais trabalha, a saber: *me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, os, a, as*.

Dubois (1973, p. 130) define os clíticos pronominais como “monossílabos átonos que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem ou os precedem, ou dentro das quais eles se põem”. Lima (2020, p. 157) denomina os clíticos de “partículas inacentuadas que se colocam antes ou depois do verbo, como se fossem uma sílaba a mais desse verbo

Tanto no português europeu (PE) quanto no português brasileiro (PB) se convencionou chamar de colocação pronominal o fenômeno da colocação de pronomes clíticos. É importante entender o que os estudiosos postulam sobre a posição desses pronomes nos enunciados, levando em consideração o PE e o PB.

Segundo Evanildo Bechara (2009), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, a colocação pronominal pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico, são elas: ênclise, próclise e a mesóclise.

**ÊNCLISE** é a posposição do pronome átono (vocábulo átono) ao vocábulo tônico a que se liga:

Deu-*me* a notícia.

**PRÓCLISE** é a anteposição ao vocábulo tônico:

Não *me* deu a notícia.

**MESÓCLISE** é a interposição ao vocábulo tônico:

Dar-*me*-ás a notícia. (BECHARA, 2009, p. 490, grifo nosso).

Bechara (2009, p. 490-491) aponta alguns critérios para a colocação dos clíticos em um enunciado, são eles:

- 1.º) Não se inicia período por pronome átono:  
“Sentei-*me*, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” [MA.1, 125]
- 2.º) Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada:  
“Confesso que tudo aquilo *me* pareceu obscuro” [MA.1, 79]
- 3.º) Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula) ou precedido de palavra de sentido negativo:  
“Não *me* parece; acho os versos perfeitos” [MA.1, 69].
- 4.º) Não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa:  
“Quantos *lhe* dá?” [MA.1, 97].

O autor reforça que a próclise nunca deve ser utilizada em início de enunciado, como em: *Me dá um cigarro*. Na concepção dele e de outros autores, como Lopes (2010), Lima (2020), e Cegalla (2008), a forma “correta” prescrita na gramática é a ênclise [*Dá-me um cigarro*].

Lopes (2010) e Lima (2020) também prescrevem em suas gramáticas que é “incorreto” colocar a próclise em início de enunciados, isto é, anteposto ao verbo. Para eles a forma “correta” é a ênclise.

Na mesma linha de entendimento, Cegalla afirma que “iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens” (CEGALLA, 2008, p. 541). Além disso, o autor aponta algumas regras para colocar os pronomes clíticos nos enunciados, como nos exemplos abaixo:

Em relação à próclise, segundo o autor, existem algumas palavras que atraem esses clíticos para essa posição. São elas:

- a) as de sentido negativo:  
Nunca *se queixa* nem *se aborrece*
- b) os pronomes relativos:  
Há pessoas que *nos querem* bem. Nenhuma que *nos odeie*)
- c) as conjunções subordinativas  
Quando *nos viu*, afastou-se
- d) certos advérbios:  
Sempre *me lembro* dele
- e) os pronomes indefinidos *tudo, nada, pouco, muito, quem, todos, alguém, algo, nenhum, ninguém, quanto*:  
Tudo *se acaba*.
- f) nas orações exclamativas iniciadas por palavras ou expressões exclamativas:

Como *te iludes!*

g) nas orações interrogativas iniciadas por advérbio ou pronome interrogativos: Quando *me visitas?* (CEGALLA, 2008, p. 538-540).

Em relação à mesóclise: o autor aponta que o clítico estará nessa posição somente no futuro do presente e no futuro do pretérito. Exemplo: *Realizar-se-á*, em maio, uma reunião de prefeitos.

E em relação à ênclise, as regras são:

- a) nos períodos iniciados pelo *verbo* (que não seja o futuro), pois, na língua culta, não se abre frase com o pronome oblíquo:  
"Vai-se a primeira pomba despertada!" (Raimundo Correia)
- b) nas orações reduzidas de gerúndio, quando nelas não houver palavras atrativas:  
"O anão chegara-se a Inocência, *tomando-lhe* uma das mãos." (Visconde de Tauny)
- c) nas orações imperativas afirmativas:  
"Romano, *escuta-me!*" (Olavo Bilac)
- d) junto ao infinitivo não flexionado, precedido da preposição *a*, em se tratando dos pronomes *o, a, os, as*:  
Todos corriam *a ouvi-lo*.
- e) Vindo o infinitivo impessoal regido da preposição *para*, quase sempre é indiferente a colocação do pronome oblíquo antes ou depois do verbo, mesmo com a presença do advérbio *não*:  
Calei-me para não *contrariá-lo*. (CEGALLA, 2008, p. 541-542).

Cegalla afirma que no Brasil os pronomes oblíquos não são totalmente átonos, mas semitônicos, logo, isso explica o porquê o uso da próclise é predominante no português Brasileiro (CEGALLA, 2008, p. 541).

Em sua gramática descritiva *Dificuldades da Língua Portuguesa*<sup>28</sup>, Said Ali (1908/2008) explica o funcionamento do português do Brasil, por meio das características que lhe são específicas. Vejamos:

No Brasil observa-se, como em Portugal, a construção quanto aos tempos compostos e quanto ao futuro (do presente e do pretérito), e, na linguagem literária, não se começa o discurso pelo pronome complemento. Outro tanto não se dá com a regra de anteposição há pouco formulada, que pressupõe pronúncia lusitana nos pronomes, nas partículas e na frase em geral. As condições de pronúncia são outras no Brasil; logo essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal; a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já está sancionada na linguagem literária pelos escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este o acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutra só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial (ALI, 2008, p. 60).

<sup>28</sup> A primeira edição da obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, foi publicada em 1908. Ver em: BECHARA, Evanildo. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. RJ, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>, p. 13. Acesso em: 17 de set de 2021.

Conforme Said Ali (2008/1908), no Brasil, o fenômeno da colocação pronominal se manifesta de forma diferente de Portugal. Em outros termos, em Portugal não ocorre o emprego da próclise em início de enunciado, mas no Brasil essa forma é bem aceita, pois é habitual. Isso ocorre porque são outras condições de pronúncia (o ritmo) no Brasil. Em vista disso, a exigência da ênclise em início de enunciado – que é a forma espontânea no PE – não deve ser prescrita aos brasileiros, tendo em vista que o emprego da próclise no início do enunciado é considerado a forma normal e frequente entre os falantes brasileiros.

Napoleão Mendes de Almeida (1999)<sup>29</sup>, gramático e filólogo, explica o seguinte:

A palavra **regra**, quando se fala em “regras para a colocação dos pronomes oblíquos” deve ser bem compreendida. A causa, o móvel, o eixo, o princípio fundamental, que explica a diversidade de posição, na frase, do pronome oblíquo, é tão-só, única e exclusivamente um: a eufonia (gr. eu = bom + *phoné*= som), isto é, a harmonia, agradabilidade do som, ou, ainda, a facilidade, a suavidade na pronúncia. (Isto se denomina, com mais propriedade, *eustomia*– do gr. eu = bom + *stóma*= boca). Mas que é realmente, em gramática, eufonia? Não tem aí a palavra sentido absoluto, conceituação própria, independente, senão relativa: é eufônico, numa língua, o que é habitual, o que é costumeiro, o que é geral, e neste sentido é que o aluno deve compreender afirmações como “a posposição não é agradável ao ouvido”, “repugna ao ouvido [...]”. O uso, repetimos, tanto relativo a um grupo quanto a um indivíduo, é que torna eufônica, ou não, determinada incidência tônica: a agradabilidade do som e a suavidade da pronúncia são decorrência natural do hábito. Nesse sentido, pois, é que se deve compreender, no presente estudo, que “regra não passa de exigência da eufonia ou da eustomia” e, ainda, quando se diz que para os portugueses não existe o problema dos pronomes oblíquos; é que eles, *habitualmente*, observam as regras. Esse estudo iniciou-se e só se faz no Brasil, cuja extensão territorial exige muito mais escolas e muito mais vias de comunicação para que se preserve sua unidade política e linguística (ALMEIDA, 1999, p. 491.).

Nota-se que Almeida (1999) declara que o princípio que explica a posição de um pronome clítico (ele chama de pronome oblíquo) é a eufonia. O gramático explica que, numa língua, o eufônico é o habitual. O uso pelo falante é que torna eufônica (ou não) uma ocorrência tônica, portanto o agradável do som e o suave da pronúncia é resultado da decorrência natural do hábito. O que em Portugal julga-se ser o habitual, não parece realizar-se da mesma forma no Brasil.

Assim como Said Ali, Cunha e Cintra (2017) também concordam que existem diferenças no uso dos pronomes pessoais clíticos entre Portugal e Brasil. Na seção – A

---

<sup>29</sup> Napoleão Mendes de Almeida foi conhecido como um grande polêmico e defensor da língua portuguesa no Brasil no século XX.

*colocação dos pronomes átonos no Brasil* – os autores expõem três casos sobre a colocação de pronomes átonos que são próprios do português brasileiro (PB):

- a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes especialmente com a forma *me* : -**Me desculpe** se falei demais/ **Me arrepio** todo...
- b) a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavras que exija ou aconselhe tal colocação: - Se Vossa Reverendíssima me permite, **eu me sento** na rede/ **O usineiro nos entrega** o açúcar pelo preço do dia, pagava a comissão e armazenagem e nós especulávamos para as praças do Rio e São Paulo.
- c) a próclise ao verbo principal nas locuções verbais: Será que o pai **não ia se dar** ao respeito?/ - Não, não sabes e **não posso te dizer mais**, já não me ouves./ Outro **teria se metido** no meio do povo, teria terminado com aquela miséria, sem sangue (CUNHA E CINTRA, 2017, p. 331).

A colocação pronominal “obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes, se entrecruzam e às vezes se contrapõem”, conforme aponta Aguiar (2009). Portanto, o autor justifica que, por motivos variados no português do Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode vir como proclítico no início de um enunciado (AGUIAR, 2009 apud BECHARA, 2009, p. 493). Dessa forma, pode-se perceber que existe um conflito pertinente a respeito da colocação dos clíticos na posição proclítica. Enquanto que Said Ali (2008/1908) e Aguiar (2009) defendem o uso dos clíticos em início de enunciados, Bechara (2009), Cegalha (2009), Cunha e Cintra (2017) e Lima (2020) reprovam o uso dos clíticos nessa posição, pois para eles a forma “correta” é a ênclise.

#### **4.2 A colocação de pronomes clíticos na forma de falar brasileira: a língua nacional**

Após a instalação dos portugueses no Brasil e com a chegada da família real em 1808, a língua portuguesa ganha cada vez mais aspectos da língua do colonizador. A língua portuguesa é elaborada como língua nacional<sup>30</sup>. Salienta-se que a chegada da língua portuguesa ao Brasil não aconteceu em apenas um momento, mas durante todo o período de colonização. O contato entre diferentes línguas foi constante, visto que vieram para o Brasil portugueses, africanos, alemães, japoneses, italianos, entre outros. E aqui já habitavam os índios. Dessa

---

<sup>30</sup> Para uma informação mais completa desse assunto retornar ao capítulo 3.

forma, com o passar do tempo, o português do Brasil apresentou uma grande variedade de falares e, com isso, algumas particularidades, como o uso do clítico na posição proclítica em início de enunciado. É sobre este tema que trataremos a seguir.

Paulino de Brito (1908) expõe que não há registros históricos que possam comprovar o momento exato do surgimento dos assuntos relacionados à colocação de pronomes no Brasil. Porém, cita em sua obra *Brasileirismos* que os assuntos que tratam sobre a colocação de pronomes foram renovados pelo escritor Arthur Barreiros por meio de um artigo que foi publicado na *Revista Brasileira* no ano de 1880. De acordo com Brito, quem o colocou em propagação foi Candido de Figueiredo em uma obra denominada de *Lições práticas da língua portuguesa*. Vejamos o que Brito (1908, p. 7) diz:

Dados em punho, o Sr. José Veríssimo acaba de demonstrar que a dita questão – “velha de meio século no Brasil, foi modernamente renovada aqui por Arthur Barreiros, na segunda *Revista Brasileira* (N. Midosi, editor), tomo, V pag. 71 (Rio de Janeiro, 1880). (BRITO, 1908, p. 7). E na nossa opinião, foi posto em voga pelo Sr. Candido de Figueiredo, a partir de 1891, nas *Lições Práticas da língua portuguesa*, e nos outros livros seus, que depois vieram, sobre o mesmo assumpto (BRITO, 1908, p. 9).

Arthur Barreiros foi considerado o primeiro escritor a publicar assuntos relacionados à colocação de pronomes na *Revista Brasileira* de 1880. Em seu artigo, o autor revela a repercussão que a questão da colocação dos pronomes desencadeou nesse período, o que pode ser observado no seguinte trecho: “Raro será o nosso homem de letras que, no fogo da improvisação, não haja ao menos uma vez hesitado na collocação dos pronomes, que lhe sussurram á da Penna como incomodas vespas zumbidoras” (BARREIROS, 1880, p. 71). Em outras palavras, sempre houve dúvidas sobre a forma dita “correta” do emprego dos pronomes pessoais clíticos.

Para Alencar (1919 apud GURGEL 2008, p. 31), Arthur Barreiros “é considerado a primeira pessoa no Brasil que reparou no assunto e ocupou-se dele”. Em contrapartida, Moraes (2021) afirma que no final da década de 70 e início da década de 80, do século XIX, já existiam discussões relacionadas a língua brasileira. Além disso, esse autor aponta que durante as suas pesquisas encontrou tese apresentada no concurso de Língua Portuguesa, realizada no Colégio Pedro II, no ano de 1886, e segundo o escritor, o autor Viriato de Sousa Guimarães já trazia assuntos bem desenvolvidos a respeito da colocação pronominal no português brasileiro, porém o mesmo postula que o texto do autor Viriato Guimarães não teve muita repercussão, logo, era desconhecido por muitos naquele período. Portanto, as primeiras indagações sobre a colocação de pronomes não são registradas em documentos históricos, mas o estopim sobre o assunto se



deu logo após a publicação de Arthur Barreiros. Esse foi o ponto inicial para vários escritores discorrerem sobre o assunto, desde os mais antigos, como Paulino de Brito (1908), até os mais contemporâneos, como Bagno (2012).

No artigo, Barreiros (1880) faz algumas observações sobre a colocação dos pronomes clíticos, como por exemplo:

Há certos casos em que a collocação dos pronomes parece obedecer a uma lei constante e única, pois não encontro exemplos em contrario de escriptores autorisados. Assim, não se deve começar nunca uma oração pelas variações do pronome, [...] *Nos* dizem, *nos* informe, etc. (BARREIROS, 1880, p. 72).

Quando na oração concorrerem dois verbos e um pronome, escreve-se o pronome ou depois do primeiro ou depois do segundo verbo, ligado por um traço de união. Nestes quinze ou vinte annos creou-se uma litteratura, que pôde *dizer-se* que não ha anno que *não lhe* traga um progresso (BARREIROS, 1880, p. 76).

Arthur Barreiros não conclui a discussão, deixando o assunto “para ser explanado por uma Penna mais hábil” (BARREIROS, 1880, p. 79), abrindo um canal de discussão para outros autores interessados na questão. Nesse sentido, o autor não contribuiu muito para a discussão sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro no contexto da educação nacional. E após a publicação de seu artigo, muitos debates se formaram a respeito da colocação de pronomes átonos no português do Brasil e no português de Portugal.

Brito achou interessante a repercussão que o artigo de Barreiros teve no país. Demorou a acreditar “que um simples artigo da *Revista Brasileira*, cuja circulação é exígua, e até fora do Rio de Janeiro, tivesse aquella influencia, aquella extraordinária repercussão no paiz” (BRITO, 1908, p. 9). Brito afirma que um pequeno grupo de estudiosos se interessou pelo artigo de Barreiros. Mas, notou que o texto logo fora esquecido. Por outro lado, indignou-se com o fato de a obra de Candido de Figueiredo, *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, ter sido cada vez mais divulgada por tratar-se de um gramático de procedência europeia.

O facto é trazido à colocação para frizar que, enquanto o artigo de Arthur Barreiros, depois de lido por um pequeno número de estudiosos, ia repousar, esquecido e anódino nas páginas da *Revista Brasileira*, as *Lições Práticas* do Sr. Candido de Figueiredo, ao contrário, graças á sua procedência européia, eram copiosamente difundidas, em sucessivas edições, por todos os pontos, ainda os mais longinquos, do Brasil (BRITO, 1809, p. 10).

Brito postula que uma das razões disso acontecer era porque os livros encontrados nas livrarias brasileiras vinham de fora e pertenciam aos autores estrangeiros. Segundo ele, se não

pararmos para contemplar os nossos escritores brasileiros, se não buscarmos conhecer as suas obras, “o Brasil continuará a ser o mercado principal dos livros portugueses” (BRITO, 1908, p. 9). O autor também questionava o pensamento da época de que, para falar e escrever “corretamente” o português, a referência era Portugal e, conseqüentemente, os mestres portugueses. Embalado pela educação nacional, há um grande empenho da parte de Paulino de Brito em se discutir os fenômenos da linguagem à luz do falar brasileiro, à luz da gramatização do português brasileiro.

Os discursos de Paulino de Brito são atravessados também pelas ideologias sobre a educação nacional de José Veríssimo. Este intelectual se destacou por ser um grande apoiador de uma educação nacional que realmente tratasse de temas brasileiros, ou seja, de temas relacionados à cultura, às variedades linguísticas e às questões sociais do Brasil.

No ano de 1890, Veríssimo publica a obra *Educação Nacional*. Nesta obra, o intelectual argumenta que

[...] uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime (VERÍSSIMO, 1985, p. 55).

No final do século XIX, Veríssimo (1895) argumenta que o sistema de instrução pública não é digno de ter o nome de educação nacional. Aliás, está muito longe de ser denominada como tal, pois não reconhece a sociedade e a cultura brasileira, perdendo “toda a eficácia para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo”. As escolas brasileiras adotavam conteúdos de outras culturas, em especial, da cultura francesa (VERÍSSIMO, 1895, p. 53). Portanto, Veríssimo também foi um grande defensor de uma educação nacional que fosse verdadeiramente brasileira na forma e no espírito.

No início do século XX, o brasileiro Paulino de Brito e o português Candido de Figueiredo travaram uma grande polêmica sobre a colocação de pronomes clíticos. Figueiredo defendia uma língua nacional nos moldes do povo europeu e, na visão dele, a língua falada pelos europeus deveria ser exportada para diferentes lugares do mundo, inclusive para o Brasil, como uma cultura de civilidade e de moralidade.

Figueiredo estabelece, em sua obra *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, algumas regras a respeito da colocação dos pronomes clíticos em um enunciado. São elas:

1º - Os pronomes pospõem-se ao chamado gerúndio: “Antônio, levantando-se disse”.

2° - Quando os pronomes indefinidos *tudo*, *nenhum*, *ninguém*, *nada*, e outros antecedem um verbo, o pronome *se*, como reflexo e como partícula que apassiva os verbos, também o antecedem, e vice-versa: “*Muito se* falou hoje!”

3° - Nas proposições afirmativas e independentes, o pronome é enclítico, isto é, segue o verbo: “João suicidou-se”

4° - Se a proposição é subordinada e começa por certas conjunções ou preposições, então o pronome antecede o verbo: “Dizem *que* João *se* suicidou”

5° - A mesma coisa nas interrogativas: “Que *me* dizes?”

6° - Nas proposições optativas ou subjuntivas, o pronome está antes ou depois do verbo, conforme o sujeito: “Acuda-*lhe* Deus; Deus *lhe* acuda”

7° - Nas proposições negativas, o pronome é sempre proclítico: “Não *lhe* fales”

8° - Quando concorrem dois verbos, um no modo finito, e outro no infinitivo, dá-se próclise ou ênclise [...] “Quero que *me* venhas falar; quero que venhas falar-me” (FIGUEIREDO, 1929, p. 209-210).

Logo, Figueiredo acredita que Portugal tem a tutela da língua portuguesa. Vejamos quais são as suas justificativas para tal defesa:

[...] aventurei-me eu próprio a formular algumas regras sôbre a colocação de pronomes pessoais, e incluí-as em livros meus. Estes livros chegaram ao Brasil, onde têm logrado o mais cativante acolhimento; e, como ali a linguagem vulgar faz a *colocação de pronomes* pessoais objetivos e terminativos, por uma fôrma que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa, muitos estudiosos e gramáticos brasileiros acharam oportuna a minha tentativa. Embora eles próprios, uma ou outra vez, pelo contato de corruptelas vulgares, se não hajam eximido à indevida colocação de pronomes, associaram-se aos meus esforços, e levantou-se no Brasil vigorosa campanha em favor dos direitos da língua em tal assunto. Mas, lá mesmo, eles e eu topámos tal ou qual oposição, da parte de um ou outro publicista, cujo *nativismo* os leva a aceitar como boas e de lei estas e outras fôrmas da linguagem vulgar do Brasil (FIGUEIREDO, 1917, p. 16).

Notadamente, a posição de Figueiredo é a de quem supostamente detém a competência legítima da língua, na posição de colonizador. O gramático avalia de forma preconceituosa a fala brasileira, denominando-a como, “linguagem dos negros, linguagem das roças” (FIGUEIREDO, 1917, p. 122), e não reconhece a legitimidade da variedade falada no Brasil. A voz de autoridade, supostamente, vem da Europa. Em contrapartida, Paulino de Brito reconhece as variedades linguísticas e legitima as diferentes formas do falar brasileiro. Segundo ele

[...], no portuguez do Brasil “espero que *me faça* o favor” e “*espero que faça-me* o favor” são equipolentes, tanto se diz “não *lembrou-me* do recado” como “não *se lembrou* do recado”. No portuguez da Europa não se nota a mesma liberdade: diz-se invariavelmente “espero que *me faça* o favor - não *se lembrou* do recado” sempre com o pronome antes do verbo (BRITO, 1908, p. 12).

Brito, também aponta em sua obra *Collocação dos Pronomes* algumas normas para colocar os pronomes clíticos, e explica que a próclise é, sim, considerada correta em um enunciado no português do Brasil. Vejamos:

1º - Nos tempos compostos não se liga a partícula ao particípio passado, e sim ao verbo auxiliar: [...] “*tinha-me* falado”

2º - Com o futuro simples do indicativo e o futuro relativo simples do condicional, a partícula pronominal pode usar-se proclítico, mas não se pode usar enclítica: podemos dizer correctamente – eu *te amarei*, eu *te amaria*, eu *amar-te-ei*, eu *amar-te-ia*. – Não podemos dizer, porém, *amarei-te*, ou *amaria-te*.

3º - Quando uma linguagem verbal é proparoxytona, deve evitar-se a ênclise: [...] “nós *o amamos* se ele fosse bom” (BRITO, 1907, p. 32-33).

Nessa relação polêmica, Paulino de Brito critica a lusitanidade ofensiva de Candido de Figueiredo e reprova a sua interpretação simplista da realidade social e linguística brasileira, quando este “desconhece consideravelmente o Brasil, em sua linguagem, em seus costumes, em sua população, em sua história” (BRITO, 1908, p. 32). Brito defende a ideia de que o objetivo da discussão sobre a colocação de pronomes não consiste em recriminar a forma de falar de Portugal, mas sim em mostrar que as formas de falar brasileiras devem ser respeitadas como legítimas.

Além disso, o intelectual brasileiro defende que

Há *brasileirismos* e *brasileirismos*. Os que são erros, não tem defesa, mesmo sendo de uso frequente por ignorância ou por desídia. E o que se dá como o emprego do pronome nominativo como complemento: com quanto *commum* na linguagem popular e familiar, nunca adoptado pelos nossos escriptores, em cujas obras de balde o Sr. Candido de Figueiredo procurará “tragam elle – eu vi elle” e outras semelhantes expressões, manifestadamente incorrectas. Se os *brasileirismos* de collocação, de que nos occupamos, fossem desta ordem, a discussão seria ociosa, não havendo a menor dúvida que deveriam ser proscriptos da boa linguagem; mas não o são, isto é, não são *incorecções*, e o Sr. Candido de Figueiredo com toda a sua invejável erudição, ainda ,não arranjou, para provar o contrário, cousa melhor que o tal “é erro porque é erro” ou “é erro porque em Portugal não se usa” (BRITO, 1908, p. 36-37).

De acordo com Paulino de Brito, a defesa dos *brasileirismos* não contradiz o discurso normativo ajustado pelos gramáticos porque apesar de redefinir os limites entre a boa linguagem e a linguagem popular (atualmente esses termos são denominados, respectivamente, de culto e não culto), ampliando o espaço da variedade da boa linguagem brasileira não prevê a legitimação dos usos linguísticos dos grupos sociais não escolarizados. Na verdade, no caminho dos *brasileirismos* socioculturais e linguísticos, o que, de fato, intelectuais brasileiros como José Veríssimo, Said Ali, entre outros, querem, e em particular, Paulino de Brito, são os

usos linguísticos próprios dos brasileiros, uma gramatização e uma educação nacional voltada para a realidade dos falantes brasileiros.

Na contemporaneidade, Bagno (2009) também faz algumas observações em relação ao português brasileiro. Segundo o linguista, no português do Brasil, os pronomes oblíquos que atuam na função de objetos diretos ou indiretos aparecem sempre antes do verbo de quem eles são o complemento. É por esse motivo que empregamos a próclise, pois essa palavra grega tem como significado, “inclinar-se para a frente”, ou seja, ser atraído para quem está à frente. Ademais, o teórico menciona que alguns linguistas afirmam que o português se caracteriza por ser uma língua que obedece a ordem sintática SVO (sujeito-verbo-objeto). Todavia, no PB, em início de enunciado, essa ordem transforma-se em SOV, em que O (objeto) torna-se um clítico.

O linguista comenta ainda que,

Os portugueses não são os “donos da língua”. Esse é um pensamento tosco, subserviente e colonizado. Os donos da língua, de qualquer língua, são os seus falantes nativos, aqueles que a aprendem no convívio com a mãe, com o pai, os irmãos, a família, a comunidade, a classe social, com o povo do qual fazem parte. Se a língua que falamos até hoje se chama “português” é por uma mera razão histórica e não significa, de modo algum, que só por isso ela pertence exclusivamente aos portugueses (BAGNO, 2009, p. 25).

Faraco (2008), por sua vez, completa argumentando que

Obviamente, ninguém é obrigado a adotar as inovações. Qualquer um de nós pode perfeitamente ser mais conservador em matéria de língua. Mas o fato de ter uma atitude mais conservadora não lhe dá o direito de condenar os que usam formas inovadoras, em especial se elas são já correntes entre os falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. E mais ainda, se elas já foram acolhidas pelos bons instrumentos normativos. O falante mais conservador pode perfeitamente aconselhar, sugerir, recomendar o uso mais clássico. Está no seu direito. Mas, se na norma culta/comum/standard já circulam outras formas, esse falante não tem o direito de condenar os que usam. Antes cabe maravilhar-se com a beleza da dinâmica e da riqueza da língua que muda continuamente sem jamais perder sua plenitude estrutural e seu potencial semiótico (FARACO, 2008, p. 100-101).

Como se vê, Bagno (2009) e Faraco (2008) não estão propondo a troca da norma tradicional por um determinado conjunto de regras, mas sim que a variedade linguística do Brasil seja respeitada, democratizada. Ribeiro (1979, p. 52) afirma que “Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência, como fenômeno”.

Perini (2005) elucida que o verdadeiro problema se encontra nas constantes incertezas de julgamento em relação à posição “correta” dos clíticos em determinados casos. E é nessa

localização que o português brasileiro se torna muito diferente do português lusitano, e isso causa muitas dúvidas na hora de escrever, ou seja, ficamos inseguros se devemos trilhar pelos caminhos do padrão europeu ou adaptá-lo ao nosso uso. Além disso, o autor expõe que a posição enclítica nos enunciados tende a desaparecer com o tempo no português brasileiro, e o motivo disso provavelmente acontecer é que a próclise é a marca registrada dos brasileiros tanto na forma de falar quanto no modo de escrever.

Já para Bagno (2012),

A razão de toda essa polêmica em torno da sintaxe dos clíticos pessoais no PB é muito simples: como durante muito tempo (e em parte até hoje) as normas gramaticais eram ditadas tendo como inspiração a língua literária dos escritores portugueses do período romântico, e como esses escritores, por serem portugueses, reproduziam – obviamente – em seus escritos a sintaxe dos clíticos de sua língua, o português europeu, os defensores empedernidos da “língua portuguesa”, que também sempre foram defensores de um ideal social e cultural elitista e europeizante, perceberam as diferenças entre os usos portugueses e os usos brasileiros e chegaram à conclusão (perfeitamente coerente com sua ideologia colonizada) de que os usos brasileiros eram errados (BAGNO, 2012, p. 760).

Para Bagno, os motivos para tantas discussões a respeito da colocação dos pronomes clíticos no PB, se dão porque as normas gramaticais foram criadas embasadas na língua literária de autores portugueses no período chamado romântico. Nessas obras, a colocação dos pronomes clíticos obedecia à fala de Portugal e tudo que fosse diferente das regras de Portugal era considerado “errado”. A posição proclítica, que é forma espontânea, natural, comum no falar dos brasileiros, foge à regra.

Para Bechara (2009), o problema de toda essa incerteza é porque, em grande parte, as regras que foram prescritas pelos puristas<sup>31</sup>, ou estavam equivocadas ou se aplicavam somente ao português de Portugal. Portanto, torna-se urgente deletar o conceito de que os brasileiros usam os pronomes clíticos de forma “errada” e somente os lusitanos a usam de forma “correta”. E para encerrar essa discussão, Brito aponta que um dos motivos é porque os escritores não reconhecem que o português brasileiro passou por mudanças, e essas modificações não podem ser evitadas, logo as variações linguísticas brasileira, conforme o gramático, são corretas, são legítimas.

---

<sup>31</sup>*Purista* é aquela pessoa que defende a “pureza” da língua contra todas as formas inovadoras, que são sempre consideradas como sinais de “decadência”, “corrupção” e “ruína”, não só da língua como também, muitas vezes, dos valores morais da sociedade. (BAGNO, 2009, p. 30).

## CONCLUSÃO

A obra *Brasileirismos de Colocação de Pronomes* de Paulino de Brito, foi essencial para a compreensão das discussões sobre o fenômeno da colocação de pronomes clíticos no final do século XIX e início do século XX e na contemporaneidade, posto que se tornou um assunto muito polêmico entre os gramáticos daquela época e ainda o é na atualidade.

Paulino de Brito foi um escritor que colaborou muito no sentido de provar que a colocação dos clíticos na posição proclítica em início de enunciado é legítima no português do Brasil. Said Ali (2008, 1908) referenda essa tese, mostrando que as condições de pronúncias no Brasil são diferentes das de Portugal, logo, a regra lusitana é pertinente em Portugal, mas não no Brasil. Pois, utilizar os pronomes clíticos na posição proclítica em início de enunciado é habitual no Brasil.

A resistência que muitos gramáticos têm em aceitar o uso da próclise em início de enunciado se dá em razão de julgamentos preconceituosos na tentativa de descredenciar a variedade linguística brasileira, na falta de reconhecimento das peculiaridades do português brasileiro e de suas variações. A colocação de próclise em início de enunciado é recorrente no português do Brasil, tanto na sua forma oral, quanto na sua forma escrita. Portanto, é uma forma legítima do português brasileiro. Portanto, se confirmou a hipótese de que muitos gramáticos brasileiros ainda estão presos às regras prescritas em Portugal, as quais se opõem às formas usuais do Brasil em que se utiliza a próclise em início de enunciado.

Conforme Bagno (2009, 2017), as gramáticas que circulam em solo brasileiro estão impregnadas de regras do português de Portugal. O próprio Paulino de Brito, no início do século XX, explana isso em sua obra *Brasileirismos*, alegando que nas principais livrarias do Brasil, naquela época, encontravam-se muitos livros de autores portugueses, e se não parássemos para admirar, conhecer, aplaudir, amparar os nossos escritores brasileiros, o Brasil continuaria a ser o mercado principal de livros portugueses. Veríssimo, também foi um grande defensor da língua nacional no início do século XX. Ele defendia que uma das reformas que deveriam ser feitas no Brasil seriam os assuntos tratados nos livros de leitura, pois segundo o autor, as obras deveriam envolver temas brasileiros. Hoje, podemos notar que alguns gramáticos brasileiros já aderiram aspectos do falar brasileiro e reconhecem as variedades linguísticas brasileiras.

Percebe-se que no final do século XIX e início do século XX, existia (e até hoje existe) uma grande necessidade de estabelecer as diferenças entre o português lusitano e o português brasileiro. Brito esclarece que o seu objetivo não era proibir as regras de Portugal em solo

brasileiro (aliás, as considera corretas), mas desejava também que as regras do português brasileiro fossem respeitadas. Portanto, as regras da colocação de pronomes clíticos no Brasil são tão legítimas quanto as de Portugal.

As análises empreendidas nesta pesquisa atestam que a colocação de próclise em início de enunciado é recorrente no português do Brasil, tanto na sua forma oral, quanto na sua forma escrita. Portanto, é uma forma legítima do português brasileiro, o que daria ganho de causa para os argumentos de Paulino Brito, sendo justamente este modo de historicização a respeito dos clíticos no PB, inclusive, em sua abordagem nos estudos linguísticos contemporâneos

Paulino de Brito foi um intelectual de grande importância para o processo de gramatização no Brasil/Pará, pois contribuiu sobremaneira para o reconhecimento das variedades linguísticas brasileiras.



## REFERÊNCIAS

ALI, Said. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL - Biblioteca Nacional, 2008.

ALMEIDA, Napoleão Mende de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

**Anais da Assembleia Constituinte**. Rio de Janeiro. 1946.

**Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro. 1935.

**Anais da Câmara Municipal do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, Julho a dezembro de 1935.

AUROX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. **A colonização pronominal**. **Brasileirismo.com**: jornal do Romário, Brasília, p. 4, 2017. Disponível em: <https://www.brasiliarios.com/colunas/66marcosbagno/689-a-colonizacao-pronominal>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2009.

BARREIROS, Arthur. **A Collocação dos pronomes**. **Revista Brasileira**, 1880. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955\\_1880\\_00005.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1880_00005.pdf). Acesso em: 28 de ago. 2021.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev.eampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Luiz. A instituição de línguas gerais no Brasil. *In*: ORLANDI, Eni. **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

BRITO, Paulino de Almeida. **Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao sr. Candido de Figueiredo**. Rio de Janeiro: Viuva Azevedo, 1908.

BRITO, Paulino de Almeida. **Colocação dos pronomes**. Paris: Aillaud, 1907.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lindley, 2017.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. *In: ORLANDI, Eni. História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil**. 1995. 161f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269047>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em história do livro na Amazônia: a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872). *In: DUARTE, Raimunda Dias; BARZOTTO, Valdir Heitor; SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otania Seixas. (Orgs.) A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador [recurso eletrônico] / Raimunda Dias Duarte et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.*

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de menino, civilidade e moral cristã**. Campinas/SP: PONTES, 2018.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, Candido de. **Lições práticas da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1929.

FIGUEIREDO, Candido de. **O problema da colocação de pronomes**. Lisboa: Livraria Clássica, 1917.

GUIMARÃES, Eduardo. **A língua portuguesa no Brasil**. *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol.57 no.2, p. 24-28, Apr./June 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf>. Acesso: em 09 de ago. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. **Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira**. *In: \_\_\_\_\_; ORLANDI, Eni (orgs.). Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

GURGEL, Silvana. **O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. Trabalho de conclusão do curso (Dissertação de mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana Semiótica e

Linguística Geral, São Paulo, 2008. Disponível em:  
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-12012009164534/publico/SILVANA\\_GURGEL.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-12012009164534/publico/SILVANA_GURGEL.pdf). Acesso em: 09 de ago. 2021.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 57 ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2020.

LOPES, Karoline. **Minimanual de gramática**. São Paulo: DCL, 2010.

MARIANI, Bethania. A instituição da língua, história e cidadania no Brasil do século VIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, ENI. **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

MORAES, Jorge Viana de. O paradoxo historiográfico: estudos de casos a partir da gramaticografia e das ciências da linguagem portuguesa e brasileira. In: DUARTE, Raimunda Dias; BARZOTTO, Valdir Heitor; SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otania Seixas. (Orgs.) **A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador** [recurso eletrônico] / Raimunda Dias Duarte et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

NAPOLEÃO BONAPARTE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Napole%C3%A3o\\_Bonaparte&oldid=6180701](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Napole%C3%A3o_Bonaparte&oldid=6180701)  
 Acesso em: 9 ago. 2021.

ORLANDI, E. P. **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni. **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARÁ, Paulino de Brito. **Conselho Estadual de Cultura**. Belém, 1970a.

PARÁ, Paulino de Brito. **Conselho Estadual de Cultura**. Belém, 1970b.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

PFEIFFER, Claudia Castelhanos. **A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX**. In: História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

RIBEIRO, João. **A língua nacional e outros estudos linguísticos**. Petrópolis: Vozes, 1979.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO Carlos Alberto. A. **Gramática do período e da coordenação**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.